

Pluralistas

Revista Discente Interdisciplinar da Universidade Santo Amaro -
UNISA

V. 8, N. 1, 2025



SUMÁRIO

pag. **01** **Perfil fitoquímico e atividades biológicas de *Enterolobium Contortisiliquum* (Vell.) Morong**
Bruno Henrique Gomes e Marco Aurélio Sivero Mayworm

pag. **13** **Da ausência de prestação de saúde nos estabelecimentos prisionais femininos de São Paulo**
Nicole Rodrigues de Holanda

pag. **27** **Levantamento de plantas ruderais do bairro Vila Anglo Brasileira, São Paulo, SP**
Lais Forastieri de Almeida Prado e Marco Aurélio Sivero Mayworm

pag. **38** **O papel da consciência fonológica no processo de alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21)**
Maria Tereza Pedroso Paes de Lira e Ana Cristina Vigliar Bondioli

pag. **54** **A voz da mestra Severina Lopes: narrativa e preservação do Samba de Coco em Arcoverde**
Giliane Cordeiro Gomes, Patricia Rodrigues Brandão Araújo e Ênio Felipe Pereira Lima

pag. **72** **Envelhecimento da população transgênero no Brasil: uma revisão integrativa**
Bernadete Machado de Souza Costa, Deivid Sousa Ferreira, Luiza Carolina Silva Furlan e Fabiano Ribas Tassi



Perfil fitoquímico e atividades biológicas de *Enterolobium Contortisiliquum* (Vell.) Morong.

Phytochemical profile and Biological activities of Enterolobium contortisiliquum (Vell.) Morong.

Gomes, Bruno Henrique¹
Mayworm, Marco Aurélio Sivero²

Resumo

O uso de plantas para tratamento de doenças é uma prática antiga em várias sociedades, resultando da organização social e produtiva de comunidades tradicionais. Essa revisão analisou o perfil fitoquímico e as atividades biológicas de extratos e moléculas de *Enterolobium contortisiliquum*. Vários compostos químicos foram identificados na planta, como triterpenos, peróxido de ergosterol e saponinas. Estudos evidenciaram as atividades anti-inflamatória, antimicrobiana, antineoplásica e inseticida dos extratos da planta. A ingestão acidental da planta por animais pode levar a problemas de saúde, evidenciando a importância do controle e manejo adequado da planta em áreas de pasto.

Palavras chaves: *Enterolobium contortisiliquum*; Fitoquímica; Farmacologia.

Abstract

The use of plants to treat diseases is an ancient practice in several societies, resulting from the social and productive organization of traditional communities. This review analyzed the phytochemical profile and biological activities of extracts and molecules of *Enterolobium contortisiliquum*. Chemical compounds were identified in the plant, such as triterpenes, ergosterol peroxide and saponins. Studies have shown the anti-inflammatory, antimicrobial, antineoplastic and insecticidal activities of the plant extracts. Accidental ingestion of the plant by animals can lead to health problems, highlighting the importance of controlling and managing the plant properly in pasture areas.

Keywords: *Enterolobium contortisiliquum*; Phytochemistry; Pharmacology.

¹ Universidade Santo Amaro

² Doutor em Ciências, Universidade de São Paulo. Professor do curso de Ciências Biológicas da Universidade Santo Amaro.

Introdução

O uso de plantas para o tratamento de doenças ocorre desde a Antiguidade como prática comum em diversas sociedades. Desde então, são utilizadas seguindo processos de produção baseados em variados saberes e práticas, originados de diferentes culturas, e que resultam da organização social e produtiva de comunidades tradicionais (SALES et al., 2015). A utilização dessas plantas tem suporte em seus constituintes químicos oriundos do metabolismo secundário que podem ter efeitos benéficos ou tóxicos a humanos e outros animais (Da Silva Júnior et al., 2023).

Muitos fármacos utilizados atualmente são de origem vegetal, e valorizar os usos tradicionais podem fornecer subsídios para a compreensão dos benefícios e descoberta de novos fármacos, preenchendo a lacuna entre o conhecimento tradicional e a pesquisa científica moderna (Silva et al., 2023). A implementação destas práticas como políticas públicas de saúde representa um importante avanço no incentivo à pesquisa com plantas medicinais e fitoterápicas, priorizando a biodiversidade do país (Sales et al., 2015).

Embora a flora seja uma fonte de pesquisa de biomoléculas para potenciais usos farmacológicos e terapêuticos, poucas espécies são estudadas e outras desconhecidas ou mesmo extintas antes mesmo de serem catalogadas.

Enterolobium contortisiliquum (Vell.) Morong., pertencente à Família Fabaceae, subfamília Mimosoideae, é conhecida em algumas localidades do Cerrado brasileiro como tamboril, orelha-de-macaco e timbaúva com ocorrência também na Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Cerrado (Carvalho, 2003, p. 883).

Diversos compostos químicos já foram isolados de *E. contortisiliquum*. Entre os triterpenos isolados estão o ácido maslínico, ácido betulínico, 3-oxo- β -amirina, ácido ursólico, β -amirina, lupeol e esqualeno. Além disso, foram identificados o peróxido de ergosterol, cafeato de etila e ficaprenol-12 nos frutos (Miranda et al., 2015).

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão de literatura sobre o potencial fitoquímico e atividades biológicas registradas dos extratos de *Enterolobium contortisiliquum*.

Material e métodos

Esta revisão foi realizada por meio de uma busca sistemática de literatura sobre o perfil fitoquímico e atividades de extratos e moléculas isoladas de *Enterolobium contortisiliquum*. Foram utilizadas as bases de dados no Medline/PubMed, Scopus e Web of Science acessadas pela plataforma CAFe do Periódicos Capes. Os termos indexadores de busca utilizados foram extract, phytochemistry, phytochemi-

cal, Chemical, biological activity e biological activities em conjunto com o nome da espécie *Enterolobium contortisiliquum*, abrangendo publicações de 1983 a 2024

Os critérios de inclusão foram artigos científicos publicados na íntegra, com livre acesso online, nas línguas portuguesa e inglesa, abordando as propriedades químicas e medicinais de *E. contortisiliquum*. Foram utilizados como critérios de exclusão: artigos incompletos, artigos de revisão, duplicidade entre as bases de dados, dissertações, teses e capítulos de livros. Foram excluídos também aqueles que o conteúdo não estivesse dentro do escopo da pesquisa.

Resultados e discussão

A busca nas bases de dados totalizou 248 publicações, sendo realizada a leitura de títulos e resumos. Foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, resultando na exclusão de 88 artigos, por não se tratar de estudos cujo foco fosse propriedades químicas e medicinais de *E. contortisiliquum*. Os 160 artigos que restaram foram avaliados, sendo 124 deles repetidos em duas ou mais bases de dados, e 27 artigos selecionados para leitura, abordando as atividades anti-inflamatória, antimicrobiana, citotóxica, antineoplásica, inseticida, e potencial tóxico (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização dos artigos identificados na revisão sobre o perfil química e medicinal de *E. contortisiliquum*

Autor	Composto químico	Parte vegetal utilizada	Atividade Farmacológica
Nunes et al., 2021	Cisteína proteinase	Sementes	Inseticida
Rodrigues et al., 2019	Inibidor de proteinase	Sintético	Anti-inflamatório
Theodoro-Júnior et al., 2017	Inibidor de tripsina	Não descrito	Anti-inflamatório
Bonel-Raposo et al., 2008	Enterolosaponinas	Frutos	Ação tóxica
Sousa-Silveira et al., 2017	Flavonas, flavonois, xantonas, chalconas, auronas	Extrato aquoso da semente	Antimicrobiana
Shahat et al., 2008	Furfural, limoneno, linalol, estragol, carvona e apiol	Oleo essencial das sementes	Antimicrobiana
Mimaki et al., 2004	Saponinas triterpênicas	Não descrito	Citotóxicas
Abdel-Mageed et al., 2019	Saponinas triterpênicas	Extrato etanoico	Citotóxica
Bonturi et al., 2018	Inibidor de tripsina	Sementes	Antineoplásico
Lobo et al., 2020	Inibidor de protease	Sementes	Antineoplásico.
Moura et al., 2007	Vicilina de ligação à quitina	Sementes	Entomopatogênica
Gonçalves-João et al., 2024	Inibidores de protease vegetal	Não descrito	Anti-inflamatórias e antioxidantes

Pupin et al., 2017	Enterosaponina A e Contortisiliósídeo B	Vagens	Ação tóxica
Paula et al., 2012	Inibidor de tripsina	Sementes	Antineoplásico
Mimaki et al., 2003	Enterosaponinas A e B	Frutos	Atividade citotóxica
Bacha et al., 2017	Não descrito	Vagens	Ação tóxica
Leal et al., 2017	Não descrito	Vagens	Hepatogênica
Barbosa et al., 2023	Inibidor de proteinase	Não descrito	Anti-inflamatórias e antioxidantes
Barros et al., 2023	Fenóis, flavonas, flavonóis, flavanonas e xantonas	Extratos brutos de sementes	Hemaglutinante e inseticida
Castro-Neto et al., 1991	Enterolobina	Sementes	Pró-inflamatória
Zhou et al., 2013	Inibidor de serina protease	Sementes	Antineoplásico
Tabosa et al., 2020	Inibidor de tripsina	Sementes	Inseticida
Farias et al., 2010	Taninos, fenóis, flavonas, flavonóis, xantonas, saponinas	Extratos aquosos	Inseticida
Nakahata et al., 2011	Inibidor de tripsina	Não descrito	Antineoplásico
Bonturi et al., 2022	Inibidor de tripsina	Não descrito	Antineoplásico
Sousa et al., 1993	Enterolobina	Sementes	Inseticida
Lima et al., 2021	inibidor de serina e metaloprotease	Sementes	Antineoplásico

Atividade anti-inflamatória

Rodrigues et al. (2019) estudaram a inflamação pulmonar alérgica crônica em animais, com foco nos efeitos do tratamento com EcTI (Inibidor de Tripsina de *E. contortisiliquum*) na inflamação das vias aéreas e alveolares, e marcadores de estresse oxidativo. O tratamento com EcTI reduziu os marcadores inflamatórios, estresse oxidativo e remodelações da matriz extracelular, melhorando a hiperresponsividade das vias aéreas à metacolina.

Theodoro-Júnior et al. (2017) avaliaram os efeitos do EcTI na lesão pulmonar induzida pela elastase. O tratamento com EcTI reduziu a resposta celular induzida pela elastase, mostrando-se promissor para o tratamento do enfisema pulmonar. Além disso, houve redução na proporção de fibras colágenas e elásticas, sugerindo diminuição na remodelação da matriz extracelular e respostas ao estresse oxidativo.

Gonçalves-João et al. (2024) avaliaram o peptídeo derivado do EcTI no tratamento da sobreposição asma-DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica). O peptídeo apresentou atividades anti-inflamatórias e antioxidantes semelhantes à Dexametasona, atenuando hiperresponsividade brônquica, resposta inflamatória e remo-

delamento da matriz extracelular. Pode ser uma opção de tratamento para a sobreposição asma-DPOC.

Barbosa et al. (2023) também estudaram os efeitos do peptídeo pep3-EcTI na sobreposição asma-DPOC. O pep3-EcTI reverteu parâmetros como hiperresponsividade à metacolina, estresse oxidativo, lesão pulmonar, resposta inflamatória e expressão de células NF- κ B. Comparado a outros tratamentos, o pep3-EcTI mostrou melhorias na hiperresponsividade pulmonar e perfis de células inflamatórias, sendo uma estratégia terapêutica promissora.

Esses estudos sobre atividade anti-inflamatória de *E. contortisiliquum* mostraram que alguns compostos da espécie têm um papel significativo na modulação da inflamação e na proteção contra danos pulmonares, o que pode abrir novas possibilidades para o tratamento de condições respiratórias crônicas.

Atividade antimicrobiana

Shahat et al. (2008) investigaram o óleo essencial das sementes de *E. contortisiliquum*, cuja composição apresenta furfural, limoneno, linalol, apiol, estragol e carvona, mostrando atividade antibacteriana contra *Staphylococcus aureus*.

Sousa-Silveira et al. (2017) avaliaram o efeito antibacteriano do extrato aquoso das sementes de *E. contortisiliquum*, identificando compostos químicos e potencial sinérgico com antibióticos. O extrato mostrou a presença de flavonas, flavonóis, xantonas, chalconas e catequinas, aumentando a eficácia dos antibióticos contra algumas cepas bacterianas quando combinado com gentamicina e norfloxacin.

Abdel-Mageed et al. (2019) isolaram saponinas do pericarpo dos frutos da planta, sendo contortisilosídeo E sendo citotóxico e contortisilosídeo L apresentando atividade antimicrobiana contra *S. aureus*, *E. coli* e *C. albicans*. Este estudo destacou o potencial antibacteriano e sinérgico dos compostos de *E. contortisiliquum*, mostrando atividade contra diversas cepas bacterianas, especialmente gram-positivas.

Esses achados indicaram que os compostos bioativos presentes em *E. contortisiliquum*, não apenas possuem atividade antibacteriana, mas também podem potencializar a ação de antibióticos, oferecendo uma alternativa para o tratamento de infecções bacterianas.

Atividades citotóxica e antineoplásica

Mimaki et al. (2003) investigaram o efeito dos compostos securiosídeos A e B, derivados de saponinas triterpênicas aciladas das raízes de *E. contortisiliquum*, em células de medula óssea e linfócitos. Esses compostos induziram a morte celular por

apoptose em macrófagos estimulados por M-CSF (Fator Estimulante de colônias de Macrófagos). Os securiosídeos A e B foram considerados como potenciais componentes para o desenvolvimento de novos medicamentos para tratar condições em que há proliferação de macrófagos.

Mimaki et al. (2004) identificaram a estrutura dos Contortisiliosídeos, triterpenos bisdesmósidos. Os contortisiliosídeos A e C mostraram ter alguma toxicidade contra macrófagos BAC1.2F5 e células EL-4. O contortisiliosídeo B apresentou citotoxicidade seletiva contra os macrófagos BAC1.2F5. Por outro lado, os contortisiliosídeos D a G não exibiram atividade citotóxica contra as células testadas. O contortisiliosídeo B foi capaz de causar a morte dos macrófagos e induzir alterações morfológicas nas células mortas.

Nakahata et al. (2011) observaram a inibição de enzimas digestivas pelo EcTI, incluindo tripsina, quimotripsina e outras. Eles também observaram que o EcTI inibiu a proliferação celular e a ativação de metaloproteinases, importantes para a migração e invasão celular. Este inibidor mostrou potencial para terapia tumoral seletiva sem afetar a regeneração celular normal.

Paula et al. (2012) avaliaram os efeitos do EcTI nas interações proteicas e nos processos celulares relacionados ao câncer e à biologia celular. Os resultados indicaram que o EcTI reduziu a adesão e invasão celular *in vitro*, interferindo nas vias de sinalização relacionadas à proteína Src-quinase de adesão focal (FAK). O EcTI também previniu a formação de invadopódios, que estão associados à invasão e metástase do câncer, através da inibição da ativação de proteínas importantes para a formação dessas estruturas.

Zhou et al. (2013) investigaram o efeito de um inibidor de serina protease isolada do EcTi de *E. contortisiliquum*, em diversas enzimas. Os resultados apontaram a inibição de várias enzimas e alterações na organização celular em células de câncer gástrico, interferindo na formação dos invadopódios. O EcTI também inibiu a invasão celular através de alterações nas vias de sinalização dependentes da integrina.

Bonturi et al. (2018) estudaram os efeitos do EcTI na viabilidade, proliferação e expressão gênica das células U87 (glioblastoma) e MSCs (células-tronco mesenquimais). Foram observadas mudanças na atividade metabólica, proliferação e expressão gênica em resposta ao tratamento. O EcTI afetou a viabilidade e o ciclo celular das células U87 e MSCs. Houve uma redução na expressão do gene CcDN1 nas células U87, enquanto o EcTI aumentou a expressão dos genes p21 e Tp53. Os autores também observaram que o tratamento com EcTI afetou a proliferação e o ciclo celular das MSCs e regulou negativamente os níveis de BR2 na co-cultura.

Lobo et al. (2020) investigaram os efeitos do EcTI nas células MDA-MB-231, linhagens de câncer de mama, com foco na migração, invasão, internalização e níveis de citocinas. Eles observaram que o EcTI reduziu a viabilidade celular, a prolife-

ração e aumentou os níveis de sulfato de heparano e sulfato de condroitina dentro das células, o que contribuiu para a manutenção da viabilidade celular.

Lima et al. (2021) estudaram o efeito dos inibidores de protease rBbCI, rBbKI e EcTI em células L929, mostrando impacto na viabilidade, adesão e ciclo celular. Eles observaram que estes inibidores tiveram um efeito inverso na viabilidade celular, inibindo a proliferação, adesão e progressão do ciclo celular em células de fibrossarcoma.

Bonturi et al. (2022) avaliaram os efeitos do tratamento com EcTI em células de melanoma humano, mostrando inibição de proteínas cruciais para a regulação tumoral, como FAK, SRC e PI3K. O tratamento com EcTI inibiu a proliferação celular, induziu apoptose, diminuiu a migração e invasão das células de melanoma. Este inibidor mostrou potencial para interferir nos processos relacionados ao desenvolvimento e metástase do câncer.

Esses estudos destacam o potencial do EcTI e outros compostos derivados de *E. contortisiliquum* como agentes promissores no tratamento e controle do câncer, devido aos seus efeitos na viabilidade, proliferação, invasão e migração celular, bem como na regulação de proteínas essenciais para a progressão tumoral.

Atividade inseticida

Nunes et al. (2021) realizaram estudos sobre o EcCI, um inibidor de cisteína proteínase extraído de sementes de *E. contortisiliquum*. Os bioensaios mostraram que o EcCI teve atividade inibitória contra larvas de *Callosobruchus maculatus*, inibindo o desenvolvimento corporal em 92%. A atividade do EcCI foi comparável à do BrTI, um inibidor de tripsina extraído de sementes de *Bauhinia rufa*. A retenção do EcCI no intestino médio das larvas foi apontada como o mecanismo fisiológico responsável pelo impacto nas larvas.

Moura et al. (2007) avaliaram os efeitos de uma EcV (Vicilina Ligadora de Quitina) extraída de sementes de *E. contortisiliquum* em bruquídeos de feijão. A EcV apresentou alta eficácia, causando mortalidade e afetando a massa das larvas de *Zabrotes subfasciatus* e *Callosobruchus maculatus*. A afinidade da EcV pela quitina permitiu interações com estruturas contendo quitina nos organismos, levando a efeitos letais sobre insetos e fungos. Sua resistência às proteases larvais de *Z. subfasciatus* contribuiu para sua eficácia como agente inseticida.

Barros et al. (2023) analisaram os extratos de sementes de *E. contortisiliquum* em ovos e larvas de *Aedes aegypti*, identificando a presença de metabólitos secundários como fenóis, flavonas, flavonóis, flavanonas e xantonas. O extrato produzido sob calor mostrou melhores resultados, evitando a eclosão de larvas em 81,66% dos ovos tratados. A ação ovicida e larvicida do extrato foi atribuída a compostos como flavonoi-

des, saponinas e quinonas.

Tabosa et al. (2020) purificaram o EcTI, um inibidor de tripsina de sementes de *E. contortisiliquum*, que apresentou atividade inibitória de tripsina e proteases em larvas de *Aedes aegypti*. O EcTI pode retardar o desenvolvimento larval após exposição prolongada e, combinado com toxinas de *Bacillus thuringiensis*, pode aumentar sua atividade inseticida.

Farias et al. (2010) destacaram a importância de explorar métodos alternativos para controlar populações de *Aedes aegypti*, como o uso de compostos secundários de sementes de leguminosas. Diferentes proteínas bioativas nos extratos aquosos, como lectinas e inibidores de tripsina, bem como taninos, fenois e alcaloides contribuíram para a atividade larvicida dos extratos.

Sousa et al. (1993) estudaram os efeitos da enterolobina, uma proteína hemolítica presente em *Enterolobium*, sobre insetos, mostrando efeitos tóxicos nas larvas de *C. maculatus*, mas não em *S. littoralis*. A enterolobina foi estável à proteólise digestiva e causou mortalidade em larvas de *C. maculatus*.

Os estudos de ação inseticida mostraram que compostos bioativos da espécie têm potencial como agentes promissores no controle de pragas, oferecendo alternativas sustentáveis e eficientes para práticas agrícolas e de saúde pública.

Potencial tóxico

A riqueza de compostos presentes em *E. contortisilium* também é responsável por seu potencial tóxico em seres humanos e animais.

Castro-Neto et al. (1991) demonstraram o potencial tóxico de *E. contortisiliquum* para animais como uma preocupação significativa, especialmente em áreas de pasto. Suas vagens e sementes contêm substâncias que podem causar intoxicação em ruminantes, levando a problemas de saúde como acidose ruminal e fotossensibilização. Sendo importante monitorar as áreas onde essas plantas estão presentes para evitar a ingestão acidental.

Bonel-Raposo et al. (2008) demonstraram os efeitos tóxicos da ingestão de *E. contortisiliquum* em *Cavia porcellus*. A enterolobina, uma substância encontrada nas sementes, apresentou atividade pró-inflamatória, causando edema e pleurisia em ratos. Já as vagens foram associadas à toxicidade aguda e efeitos abortivos em cobaias e ovelhas, levando à perda de peso, lesões nos órgãos e até mesmo morte em alguns casos.

Pupin et al. (2017) e Bacha et al. (2017) avaliaram a ingestão de vagens em ovelhas, as quais desenvolveram acidose ruminal, com sintomas como apatia, diarreia e salivação. O tratamento com bicarbonato de sódio foi eficaz em alguns

casos, evidenciando a gravidade da intoxicação. Além disso, o exame de sangue revelou níveis elevados de determinadas enzimas, confirmando a presença de acidose ruminal aguda.

Leal et al. (2017) observaram diarreia, diminuição do apetite, atonia ruminal e alterações no fígado em ovelhas e bovinos que ingeriram *E. contortisiliquum*. As biópsias hepáticas mostraram necrose e colestase nos animais afetados, ressaltando a toxicidade da planta.

Esses estudos alertam para a necessidade de manejo e retirada da espécie em áreas de pasto, a fim de evitar a intoxicação acidental dos animais.

Considerações finais

Enterolobium contortisiliquum possui uma rica diversidade de compostos bioativos com propriedades farmacológicas promissoras, como atividades anti-inflamatórias, antimicrobianas e antitumorais. Esses atributos destacam sua relevância na pesquisa de novos medicamentos. Apesar de seus benefícios, a planta apresenta um potencial tóxico significativo para animais, especialmente em pastagens, onde a ingestão de suas vagens e sementes pode causar sérios problemas de saúde.

Referências

ABDEL-MAGEED, Wael M. et al. Contortisiliosides H–M: Triterpenoid saponins from *Enterolobium contortisiliquum* and their biological activity. *Industrial Crops and Products*, v. 139, p. 111528, 2019. <https://doi.org/10.1016/J.INDCROP.2019.111528>. Acesso em: 25 set. 2024

BACHA, F. B. et al. Experimental poisoning by *Enterolobium contortisiliquum* in sheep. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 37, n. 01, p. 23-30, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0100-736X2017000100004>. Acesso em: 29 set. 2024

BARBOSA, J. A. S. et al. Investigating the Effects of a New Peptide, Derived from the *Enterolobium contortisiliquum* Proteinase Inhibitor (EcTI), on Inflammation, Remodeling, and Oxidative Stress in an Experimental Mouse Model of Asthma–Chronic Obstructive Pulmonary Disease Overlap (ACO). *International Journal of Molecular Sciences*, v. 24, n. 19, p. 14710, 2023. <https://doi.org/10.3390/IJMS241914710>. Acesso em: 13 set. 2024

BARROS, F. B. et al. Phytochemical prospection, hemagglutinating and insecticidal activity of saline extracts from the seeds of Tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*) Vell. Morong (Fabaceae) on *Aedes aegypti* (Diptera: Culicidae). *Brazilian Journal of Biology*, v. 83, p. e274635, 2023. <https://doi.org/10.1590/1519-6984.274635>. Acesso em: 23 ago. 2024

BONEL-RAPOSO, J. et al. Acute poisoning and abortions in guinea pigs by the pods of *Enterolobium contortisiliquum* (Leg. Mimosoideae). *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 28, p. 593-596, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0100-736X2008001200005>. Acesso em: 13 ago. 2024

BONTURI, C. R. et al. Could a plant derived protein potentiate the anticancer effects of a stem cell in brain cancer?. *Oncotarget*, v. 9, n. 30, p. 21296, 2018. <https://doi.org/10.18632/ONCOTARGET.25090>. Acesso em: 14 jul. 2024

BONTURI, C. R. et al. Proliferation and invasion of melanoma are suppressed by a plant protease inhibitor, leading to downregulation of survival/death-related proteins. *Molecules*, v. 27, n. 9, p. 2956, 2022. <https://doi.org/10.3390/MOLECULES27092956>. Acesso em: 14 jul. 2024

CARVALHO, P. E. R. *Espécies Arbóreas Brasileiras* Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2003.

CASTRO-NETO, H. C. et al. Pro-inflammatory activity of enterolobin: A haemolytic protein purified from seeds of the Brazilian tree *Enterolobium contortisiliquum*. *Toxicon*, v. 29, n. 9, p. 1143-1150, 1991. [https://doi.org/10.1016/0041-0101\(91\)90211-9](https://doi.org/10.1016/0041-0101(91)90211-9). Acesso em: 23 jul. 2024

DA SILVA-JÚNIOR, Eugênio Bispo et al. Farmácia viva: promovendo a saúde por meio da fitoterapia no Brasil-uma revisão sistemática. *Contribuciones a las ciencias sociales*, v. 16, n. 8, p. 9402-9415, 2023. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-074>. Acesso em: 23 set. 2024

FARIAS, D. F. et al. Water extracts of Brazilian leguminous seeds as rich sources of larvicidal compounds against *Aedes aegypti* L. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 82, p. 585-594, 2010. <https://doi.org/10.1590/s0001-37652010000300006>. Acesso em: 23 set. 2024

GONÇALVES-JOÃO, J. M. L. et al. Effects of plant protease inhibitors (Pep-3-EcTI, Pep-BbKI, and Pep-BrTI) versus corticosteroids on inflammation, remodeling, and oxidative stress in an asthma-COPD (ACO) model. *Frontiers in Pharmacology*, v. 15, p. 1282870, 2024. <https://doi.org/10.3389/FPHAR.2024.1282870>. Acesso em: 23 set. 2024

LEAL, P. V. et al. Ingestion of the pods of *Enterolobium contortisiliquum* causes hepatogenous photosensitization in cattle. *Toxicon*, v. 131, p. 6-10, 2017. <https://doi.org/10.1016/J.TOXICON.2017.03.009>. Acesso em: 12 ago. 2024

LIMA, C. M. R. et al. Presence of the cytolytic protein enterolobin in different developmental stages of *Enterolobium contortisiliquum* seeds. *Brazilian Journal of Plant Physiology*, v. 19, p. 163-170, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1677-04202007000200008>. Acesso em: 23 ago. 2024

LOBO, Y. A. et al. EcTI impairs survival and proliferation pathways in triple-negative breast cancer by modulating cell-glycosaminoglycans and inflammatory cytokines. *Cancer Letters*, v. 491, p. 108-120, 2020. <https://doi.org/10.1016/J.CANLET.2020.08.017>. Acesso em: 23 set. 2024

MIMAKI, Y. et al. Contortisiliosides A–G: isolation of seven new triterpene bisdesmosides from *Enterolobium contortisiliquum* and their cytotoxic activity. *Helvetica Chimica Acta*, v. 87, n. 4, p. 851-865, 2004. <https://doi.org/10.1002/CHIN.200428191>. Acesso em: 17 jul. 2024

MIRANDA, M. L. D; GARCEZ, F. R.; GARCEZ, W. S. Triterpenos e outros constituintes dos frutos de *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong (Fabaceae). *Revista Virtual de Química*, v. 7, n. 6, p. 2597-2605, 2015. <https://doi.org/10.5935/1984-6835.20150154>. Acesso em: 23 set. 2024

MOURA, F. T. et al. *maculatus* and *Zabrotes subfasciatus*) and Phytopathogenic Fungi (*Fusarium solani* and *Colletrichum lindemuntianum*). *J. Agric. Food Chem*, v. 55, n. 2, p. 260-266, 2007. <https://doi.org/10.1021/JF061623K>. Acesso em: 23 set. 2024

NAKAHATA, A. M. et al. The effects of a plant proteinase inhibitor from *Enterolobium contortisiliquum* on human tumor cell lines. 2011. <https://doi.org/10.1515/BC.2011.031>. Acesso em: 23 ago. 2024

NUNES, N. N. S. et al. A novel cysteine proteinase inhibitor from seeds of *Enterolobium contortisiliquum* and its effect on *Callosobruchus maculatus* larvae. *Biochemistry and Biophysics Reports*, v. 25, p. 100876, 2021. <https://doi.org/10.1016/J.BBREP.2020.100876>. Acesso em: 23 set. 2024

PAULA, C. A. A. et al. *Enterolobium contortisiliquum* trypsin inhibitor (EcTI), a plant proteinase inhibitor, decreases in vitro cell adhesion and invasion by inhibition of Src protein-focal adhesion kinase (FAK) signaling pathways. *Journal of Biological Chemistry*, v. 287, n. 1, p. 170-182, 2012. <https://doi.org/10.1074/JBC.M111.263996>. Acesso em: 17 ago. 2024

PUPIN, R. C. et al. *Enterolobium contortisiliquum* is a cause of acute ruminal acidosis in sheep. *Toxicon*, v. 126, p. 90-95, 2017. <https://doi.org/10.1016/J.TOXICON.2016.12.015>. Acesso em: 23 set. 2024

SALES, M. D. C.; SARTOR, E. B.; GENTILLI, R. M. Ethnobotany and ethnopharmacology: traditional medicine and the bioprospection of phytotherapics. *Salus J. Health Sci*, v. 1, n. 1, p. 17-25, 2015. <https://doi.org/10.5935/2447-7826.20150003>. Acesso em: 23 set. 2024

SHAHAT, A. A. et al. Chemical composition and antimicrobial activities of the essential oil from the seeds of *Enterolobium contortisiliquum* (leguminosae). *Journal of Environmental Science and Health, Part B*, v. 43, n. 6, p. 519-525, 2008. <https://doi.org/10.1080/03601230802174714>. Acesso em: 24 set. 2024

SILVA, G. F. A. et al. A Importância da Pesquisa Etnobotânica e Etnofarmacológica Para a Preservação Dos Saberes Dos Povos Tradicionais e Sua Influência no Uso Correto Das Plantas Medicinais: Um Levantamento Bibliográfico. Epitaya E-books, v. 1, n. 34, p. 61-72, 2023. <https://doi.org/10.47879/ED.EP.2023755P61> Acesso em: 13 set. 2024

SOUSA-SILVEIRA, S. Z. et al. Antibacterial enhancement of antibiotic activity by *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong. *Asian Pac J Trop Biomed* 7 (10): 945–949. 2017. <https://doi.org/10.1016/J.APJTb.2017.09.006>. Acesso em: 23 set. 2024

SOUSA, M. V. de; MORHY, L. Enterolobin, a hemolytic protein from *Enterolobium contortisiliquum* seeds (Leguminosae-Mimosoideae): purification and characterization. *An. acad. bras. ciênc*, p. 405-12, 1989. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-85476>. Acesso em: 23 set. 2024

SOUSA, M. V. et al. Effects of the cytolytic seed protein enterolobin on coleopteran and lepidopteran insect larvae. *Entomologia experimentalis et applicata*, v. 69, n. 3, p. 231-238, 1993. <https://doi.org/10.1111/J.1570-7458.1993.TB01746.X>. Acesso em: 23 set. 2024

TABOSA, P. M. S. et al. Trypsin inhibitor from *Enterolobium contortisiliquum* seeds impairs *Aedes aegypti* development and enhances the activity of *Bacillus thuringiensis* toxins. *Pest Management Science*, v. 76, n. 11, p. 3693-3701, 2020. <https://doi.org/10.1002/PS.5918>. Acesso em: 22 set. 2024

ZHOU, D. et al. Crystal structures of a plant trypsin inhibitor from *Enterolobium contortisiliquum* (EcTI) and of its complex with bovine trypsin. *PloS one*, v. 8, n. 4, p. e62252, 2013. <https://doi.org/10.1371/JOURNAL.PONE.0062252>. Acesso em: 23 set. 2024.

Da ausência de prestação de saúde nos estabelecimentos prisionais femininos de São Paulo

The lack of health care provision in women's prisons in São

Holanda, Nicole Rodrigues de¹

Resumo

O presente artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no âmbito do programa de iniciação científica da Universidade Santo Amaro, com o objetivo de analisar o déficit estrutural da execução penal no estado de São Paulo, notadamente no que tange à saúde da mulher presa. A partir dessa investigação, buscou-se construir uma análise crítica sobre a efetividade dos direitos das mulheres em situação de cárcere, com ênfase no direito constitucional à saúde, sob a ótica da garantia da dignidade da pessoa humana. O estudo visa apresentar um diagnóstico realista e atualizado das condições sanitárias enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade no estado de São Paulo.

Palavras chaves: Saúde; Mulher; Cárcere.

Abstract

This article is the result of research developed within the scientific initiation program at the University of Santo Amaro, aimed at analyzing the structural deficit in penal enforcement in the state of São Paulo, particularly regarding the health of incarcerated women. Based on this investigation, the study seeks to construct a critical analysis of the actual effectiveness of the rights of women in prison, focusing on the constitutional right to health through the lens of protecting human dignity. The research aims to provide a realistic and up-to-date diagnosis of the sanitary conditions faced by women deprived of their liberty in the state of São Paulo.

Keywords: Health; Women; Incarceration.

¹ Universidade Santo Amaro.

Introdução

Primeiramente, há de se contextualizar o cenário em que se desenvolverá o estudo, observando que se trata de um palco de incongruências entre o texto legal e a realidade observada na execução penal que se pode constatar desde a leitura do primeiro artigo da lei 7.210/84, segundo o qual “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e **proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado**” (g.n).

Ora, é certo que, em que pese o objetivo certo do dispositivo legal, na realidade se observam violações que variam desde a presença de ratos e baratas no ambiente até a insuficiência de absorventes que obriga as detentas a “usar miolo de pão como substitutos aos absorventes” (Estadão,2020).

Nessa senda, apesar de terem diversas faces, tais transgressões majoritariamente se originam na superlotação dos estabelecimentos. Veja-se que segundo os dados fornecidos pelo Sisdepen, colhidos no primeiro semestre de 2023, existem 8.520 mulheres privadas de liberdade no estado de São Paulo distribuídas, conforme informações da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) em 11 penitenciárias, 02 CPP (Centro de Progressão Penitenciária), 01 CDP (Centro de Detenção Provisória), 01 unidade de RDD (Regime Disciplinar Diferenciado).

Somadas, as vagas desses estabelecimentos totalizam 11.772 o que demonstra que, em tese, não haveria que se falar em superlotação dos estabelecimentos prisionais femininos. Devendo, entretanto, ser ressalvados aqueles que, em razão da falta de suprimentos ou deterioração de espaços, findam por aglutinar as detentas, excedendo a capacidade limitada das celas.

No mais, apesar de a Suprema Corte ter reconhecido o status de coisa inconstitucional do sistema prisional brasileiro - liminarmente em 2015 e definitivamente em 2023 - no bojo da Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, identificando no excedente prisional a fonte primária das violações massivas de Direitos Humanos, não se tem observado mudanças no discurso “anticrime” que, difunde uma falsa dicotomia, segundo a qual os recursos estatais deveriam ser destinados a, *ad exemplum*, educação, não ao indivíduo que “fez por merecer” estar no cárcere.

Nesse sentido, a fala do deputado Alberto Fraga do PL-DF publicada pelo jornal Folha de S. Paulo explicita bem o aqui proposto. Diz o deputado que “As penas não são cumpridas como deveriam, o bandido é condenado por oito anos e fica preso somente um. É um absurdo o auxílio-reclusão pago à família do preso, é preciso rever isso” (Lopes, 2022)

Tal qual o aludido deputado, são incontáveis os discursos de prefeitos, vereadores e governadores; de pessoas responsáveis pela administração pública que compactuam com o que, na prática, é a aplicação do já superado e inconstitucional princípio da *less*

eligibility, segundo o qual “o encarceramento deve atuar como um elemento dissuasor, o tratamento dado a um prisioneiro não deve ser superior ao fornecido a um membro da classe social mais baixa significativa na sociedade livre” (Sieh, 1989, tradução nossa).

No entanto, a referida crença mostra-se falaciosa, eis que os recursos em questão raramente são destinados a fins que se relacionem minimamente à promoção de direitos humanos, findando-se majoritariamente a realização de programas destinados à uma seleta parcela da população que deles independe.

Dessa forma, é certo postular que a gestão pública é composta de escolhas quanto a destinação do erário público. O problema nasce quando quando a escolha é feita em observância ao eco de um discurso que, ignorando os dados referentes à composição e situação do sistema prisional brasileiro, justifica a falta de investimento estatal e encontra respaldo no aceite da sociedade. É dizer que, em uma sociedade que legitima a violência estatal, a escolha por qualquer política que não seja a penitenciária ressocializadora parecerá um caminho natural.

Assim, o que se observa na prática, é a concretização do oposto do pretendido pelo art.1º da LEP, eis que as condições dos presídios (com ênfase às condições sanitárias) e a convivência do judiciário fomentam um ânimo não socializador, mas de revolta, de abandono e mesmo de vingança, de modo que a não observância do quanto preceituado em lei não fere somente a dignidade humana, mas seu próprio objetivo ressocializador.

Consequentemente, vê-se a necessidade de se abordar acadêmica e racionalmente as inconsistências entre a redação dos diplomas legais que regulam a execução penal e a realidade observada na execução da pena privativa de liberdade, uma vez que se observa um panorama social, cada vez mais latente, de indivíduos buscando normalizar e justificar o que seriam “deficiências” do sistema.

Por fim, é na contramão deste discurso e especialmente em se tratando das condições sanitárias dos presídios femininos e das violações ao direito à saúde da mulher presa no estado de São Paulo, a luz da dignidade da pessoa humana, que buscar-se-á construir esta pesquisa.

Situação carcerária no Estado de São Paulo

Para alcançar o quanto proposto, há de se traçar um esboço do cenário atual dos estabelecimentos prisionais femininos, de modo que o leitor possa acompanhar a progressão do estudo.

Veja-se que, segundo os dados fornecidos pelo Sisdepen e pela SAP, apesar de não haver que se falar em superlotação nos estabelecimentos prisionais femininos do estado de São Paulo, o fato de (em alguns casos) se observar um número razoável de mulheres por cela, não exclui outras violações, inclusive as de cunho sanitário, que culminam em

problemas médicos propriamente ditos.

Em verdade, conforme apontam os dados coletados pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública, notam-se espantosas violações nesta seara em particular. Ainda nessa senda, um estudo conduzido por POLL (2020) apontou que o sistema penitenciário nacional em 2018 contava com 42.355 detentas mas, em contrapartida, haviam “apenas 28 médicos (as) – ginecologistas (as) atendendo em toda a malha carcerária brasileira, ou seja, “um médico (a) para cada 1.512 mulheres”.

Tais violações, quando contrastadas com a situação carcerária de países cujo sistema prisional atenda efetivamente um ideal ressocializador - como no caso da Noruega, em que, observando os princípios da normalidade, da progressão e da segurança dinâmica, não se tem na pessoa do detento um “inimigo do estado” ou um ser humano “corrompido” a ser encarcerado com uma finalidade meramente retributiva, mas, um cidadão que deve responder por seu atos e aprender a partir deles, retornando à sociedade (Bleicher, 2021) - deixam evidente que o Brasil não superou o ideal punitivista encarcerador que, herdado de um passado escravocrata, mostra-se acuradamente seletivo.

Nesse sentido, o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que as condições degradantes suportadas pelos escravos, aglutinados nos porões dos navios e privados de alimentação e água suficientes, são agora replicadas nas prisões brasileiras, em que igualmente se fazem presentes “a superlotação, a má qualidade das vagas existentes, o déficit no mínimo essencial para a garantia da integridade física, a permanência por mais tempo no cárcere do que o previsto na condenação”.

Assim, todo o quanto exposto pode ser visualizado com clareza no relatório emitido pelo NESC quando da inspeção da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto em 2022, segundo o qual, apesar de não ter havido alteração da nomenclatura, a unidade abrigava somente presas em regime semiaberto.

No mais, excedendo a violação de espaço adequado ao cumprimento do regime intermediário, verificaram-se recorrentes reclamações em relação à presença de ratos, baratas e até mesmo escorpiões, tendo sido verificado ainda que, por não haver varal disponível para uma parcela das detentas, as roupas eram esticadas no chão do pátio para a secagem, o que, em razão da circulação de pombos, resultava em infestações de piochos e pulgas.

Outrossim, em que pese a população carcerária ser composta por 307 mulheres, a equipe médica contava com 02 auxiliares de enfermagem, 01 enfermeira e 02 dentistas, fato do qual deriva uma conclusão lógica de insuficiência, tanto no que se refere aos números como em se tratando de qualidade do atendimento prestado.

Cumpra ainda mencionar que, durante a inspeção, verificou-se que, para além da existência de uma prática de racionamento de água, no interior das celas, os chuveiros

não contavam com aquecimento. Na verdade, no estabelecimento haviam apenas 4 chuveiros com água quente que funcionavam por 3 horas diárias, o que forçava as mulheres a organizarem-se em rodízios, priorizando as de idade mais avançada ou portadoras de alguma doença.

Ainda em relação a higiene, que impacta de maneira direta no tema deste estudo, verificou-se a insuficiência do “kit” fornecido. Veja-se, a título de exemplo, que em se tratando de absorvente íntimos, eram fornecidos um total de 16 unidades a cada sentenciada por mês, não havendo necessidade de ser expert na medicina ginecológica para perceber que a quantidade fornecida é insuficiente para atender a um fluxo normal, sem que se aborde particularidades, como fluxo intenso ou prolongado.

Assim, observa-se que o cenário que se delineia é de inobservância das normativas que regulam as condições mínimas de sanitariedade dos estabelecimentos prisionais, em flagrante inconstitucionalidade e inconveniência, conforme se verá com maior detalhamento no capítulo a seguir.

O direito à saúde na execução penal

A redação dos diplomas legais, nacionais e internacionais, no tocante à dignidade da pessoa humana, bem como sobre seus direitos essenciais, não faz distinção entre população carcerária e pessoas em liberdade; assim como não o faz entre negros e brancos, mulheres e homens.

No que tange a regulação dos direitos humanos em âmbito internacional, observa-se que, nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, após a constatação das violações massivas de direitos humanos e buscando prevenir que a história se repetisse, diversos países formularam e aderiram pactos, tratados e convenções internacionais referentes aos direitos humanos, ou seja, sedimentaram “direitos mínimos para todos e todas na intenção de impedir ou mitigar que emergam ou se fortaleçam horrores como os executados pelo nazifascismo.” (Andrade; Machado e Carvalho, 2020, p.02.

Assim, em observância ao mínimo estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o debate internacional se expandiu para garantir a proteção da dignidade humana de forma ajustada às necessidades regionais e, nesse contexto, em atenção às peculiaridades do continente americano, foi realizada a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) em 1969, que passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro em 1992, após o restabelecimento da democracia.

A própria CADH contava com previsões relacionadas a garantia da dignidade das populações encarceradas, mas com o avanço das ciências sociais e do pensamento crítico, consolidou-se a necessidade de assegurar de modo mais assertivo os direitos das pessoas privadas de liberdade, superando-se o ideal retrógrado de um cárcere desenhado para infligir sofrimento.

Assim, o tratamento da população carcerária foi objeto das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos que, editadas em 1955 e revisadas em 2015, foram denominadas Regras de Nelson Mandela.

No mesmo sentido, em 2010, observando-se o crescimento exponencial da população prisional feminina e em atenção as necessidades e peculiaridades do gênero, foram elaboradas as Regras Das Nações Unidas Para O Tratamento De Mulheres Presas E Medidas Não Privativas De Liberdade Para Mulheres Infratoras, também conhecidas como Regras de Bangkok.

Nessa senda, é importante frisar que, conquanto as referidas regras não possuam um caráter mandatório direto, e sim um viés de orientação principiológica, sua observância resulta na concretização das condições **mínimas** aceitas como adequadas pela Organização das Nações Unidas.

Por sua vez, no que concerne ao ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que as principais garantias e direitos das pessoas privadas de liberdade são encontrados na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, das quais se passa a uma breve análise.

Iniciando-se, assim, pelo que, do ponto de vista da teoria Kelseniana, se poderia considerar como pedra angular do Direito - a Carta de 1988 -, verificam-se especialmente relevantes para as finalidades deste estudo os seguintes artigos: Art. 1º, III; Art.5º, III, XLVII alínea e, XLIX e Art.196.

A redação do art. 1º, III da Constituição Federal estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos sobre os quais se constitui a República Federativa do Brasil, a qual não pode ser alvo de qualquer restrição interpretativa.

Nessa senda, deve-se destacar que o princípio da ressocialização, previsto implicitamente pelo art. 1º LEP, deve ser compreendido à luz do inc. III do art.1º da Constituição Federal, pois, conforme ensina (Valois,2021, p.49) “se o núcleo do ideal ressocializador é a busca por um respeito à dignidade daquela pessoa presa, não precisamos usar o termo ressocialização para fundamentar nenhuma pena no Brasil.”.

Segundo o Professor, o ideal ressocializador que, em tempos remotos era usado como um subterfúgio pelos filantropos a fim de melhorar as condições do cárcere, deveria, hoje ser afastado, afim de que fosse possível uma real mitigação dos efeitos das decisões que, *a contrario sensu*, determinam a permanência do indivíduo por mais tempo ou em condição mais gravosa sob o pretexto de se alcançar a ressocialização.

Nas palavras do Autor “o princípio da dignidade da pessoa humana não se presta tão facilmente para a finalidade de encarcerar, como tem servido a ressocialização. Não há como o juiz dizer: - aumento a sanção penal em três anos em prol da pessoa humana;”.

Posto isso, verifica-se que a violação de direitos perpetradas no sistema carcerário, notadamente a negligência com que se trata a saúde das mulheres presas no estado de

São Paulo, viola não somente o ordenamento jurídico, conforme exposto até aqui, mas revela-se incoerente até mesmo com o discurso ressocializador - que deveria legitimar a pena privativa de liberdade e que ecoa nas sentenças e acórdão cotidianamente - uma vez que analisando-se a ressocialização sob a ótica da dignidade da pessoa humana, tem-se no sistema carcerário paulista a antítese do mesmo.

Ademais, os direitos e garantias fundamentais dispostos nos incisos III, XLVII alínea e, XLIX do art. 5º estabelecem, respectivamente, a proibição a tortura e ao tratamento degradante, a vedação de penas cruéis bem como o direito à integridade física e moral das pessoas presas.

Em relação a vedação à tortura, tendo em vista a complexidade do tema, este será tratado por último, em tópico específico.

Já o inc.XLII, na alínea e, proíbe as penas cruéis, sendo essas, nas palavras dos professores Junqueira e Vanzolini (2024,p.46), compreendidas “como aquela que impõe intenso e ilegal sofrimento, sendo a definição inspirada na convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradante”

No mesmo sentido, o inc. XLIX garante às pessoas privadas de liberdade o respeito à integridade física e moral, o que, em consonância com as normas internacionais dos tratados de que o Brasil é signatário, significa a observância dentre outros aspectos, da prestação de cuidados médicos para a manutenção - quiçá a construção - da saúde física e mental da detenta.

Por seu turno, o art.196 estabelece a saúde como direito de acesso “universal e igualitário”, sendo dever do Estado sua promoção “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos”.

Nesse sentido, como postulado ao início deste capítulo, verifica-se que a lei não estabelece distinções restritivas a implementação e efetivo cumprimento do direito à saúde da população carcerária mas, ao contrário, garante a esta parcela populacional, que se encontra privada de autonomia, a manutenção da integridade física e psicológica.

Quanto à proibição da tortura

Em que pese haver no imaginário popular uma tendência a conjuração de imagens sanguinolentas e chocantes que não raro constituem o ambiente carcerário - a Pastoral Carcerária relatou que, entre janeiro de 2021 e julho de 2022 foram abertos 23 casos, pautados em 369 denúncias - a definição de tortura no âmbito nacional é dada pela Lei Nº 9.455/97, que dispõe

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira

pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminoso;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º **Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.**

§ 2º **Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.**

Assim, percebe-se que a definição legal do crime de tortura, ou seja, a limitação jurídica da conduta que pode ser considerada tortura é notoriamente restrita. Não somente sob a ótica da compreensão atual do que as ciências sociais consideram como tortura, mas também em comparação com a definição dada pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

Veja-se que segundo o artigo 2 da referida Convenção

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.

Isso posto, não destoaria da realidade, portanto, dizer que, segundo os ditames da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura o cárcere brasileiro e notadamente os estabelecimentos prisionais femininos de São Paulo são, conforme visto no primeiro capítulo deste estudo, espaços perpetradores de tortura, infligindo as detentas sofrimento físico e psicológico por meio das sucessivas e variadas violações à sua dignidade, notadamente, à sua saúde.

Ora, é indiscutível que a ausência de prestação de saúde tem o condão de configurar e mesmo agravar sofrimentos físicos ou mentais, assim, a indisponibilidade de tratamento médico adequado, cuja a gravidade se destaca em relação às gestantes, parturientes, mães e idosas, configura o tipo penal previsto pela Convenção.

Nessa senda, insta salientar que, conquanto a segunda parte do artigo 2 excetue “as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequência de medidas legais ou inerentes a elas” o dispositivo em seguida veda, ainda que com o pretext-

to sancionatório “a realização dos atos ou aplicação dos métodos a que se refere este Artigo.” sob pena de incidir-se no crime de tortura.

Por fim, observa-se que, diante da evidente omissão em relação à normativa internacional sobre o mesmo tema, além da necessidade do controle de convencionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, é urgente que os intérpretes do Direito adotem um diálogo de verticalidade, visando promover “a inserção da norma internacional para compor nosso ordenamento jurídico, garantindo o cumprimento dos compromissos estabelecidos no tratado ratificado pelo país” (Guerra, 2018, p.08)

A Lei de Execução Penal, por sua vez, determina que a fim de se atingir um ideal ressocializador, ou, nos termos do art. 1º de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado”, a pena deixa de assumir um caráter meramente retributivo, adquirindo um viés reintegrador que, por sua vez, depende da efetividade das garantias legais para ser alcançado.

É nesse sentido e por essa razão que o art.3º do mesmo diploma veda o cerceamento dos direitos não atingidos pela sentença penal, dentre os quais merece especial relevo a dignidade da pessoa humana e, por extensão, os direitos que lhe são afetos, tal qual a saúde.

Outrossim, pode-se ainda verificar o espírito ressocializador da Lei 7.210/84, na redação do art. 10, segundo o qual “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” e, dada a abertura interpretativa do conceito “assistência”, houve por bem o Legislador explicitar nos termos do art. 11, II que a assistência devida pelo Estado envolveria, dentre outras, à saúde.

Nessa toada, verifica-se a inexistência de margem interpretativa, uma vez que o referido diploma dispõe em seu art.14 que:

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido. (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009)

§ 4º Será assegurado tratamento humanitário à mulher grávida durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como à mulher no período de puerpério, cabendo ao poder público promover a assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.

Observa-se, portanto, a preocupação do Legislador em abarcar as múltiplas faces dos cuidados e tratamentos destinados à população carcerária, a fim de lhes garantir o bem estar inerente a uma existência digna.

Ademais, há ainda de se observar que a Lei de Execução Penal reitera na forma do art. 41, I e VII a garantia do direito do preso “a alimentação suficiente e vestuário” e a “assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”.

Assim, tem-se que, em que pese o crescimento de um discurso acrítico que objetivava a legitimação de violações a direitos garantidos por lei, o ordenamento jurídico pátrio resguarda (ao menos formalmente) às pessoas privadas de liberdade o mínimo necessário à manutenção de sua dignidade.

É nessa senda que se verificam as garantias contidas nos artigos 45§ 2º e 88 p.ú, alínea *a* da LEP que consistem respectivamente em:

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 2º É vedado o emprego de cela escura.

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

É dizer que a garantia à saúde não se limita ao atendimento médico, mas compreende o tratamento preventivo que, por sua vez é composto por, dentre outros fatores, o alocamento das sentenciadas em ambiente salubre, apto a manter e auxiliar nos restabelecimento do bem estar físico e mental das detentas.

Por fim, faz-se oportuno retomar a vedação de alocamento da população carcerária em celas escuras - trabalhada no tópico dos tratados internacionais - ainda que para fins supostamente disciplinares, que destoa da realidade carcerária brasileira, em que, conforme visto no primeiro capítulo, há sentenciadas alocadas nessas condições cotidianamente, sem o pretexto disciplinar.

Análise Da (In)Efetividade dos direitos à saúde da mulher nos estabelecimentos prisionais de São Paulo e suas consequências

Conforme analisado no capítulo anterior, a população carcerária está bem amparada no âmbito legislativo. Ainda que as leis penais brasileiras não sejam isentas de críticas - ao contrário - é inegável que o direito à dignidade da pessoa humana encontra-se garantido não somente pela Carta de 1988, mas encontra reiteração na LEP e respaldo

nos tratados internacionais de Direitos Humanos.

Assim, como corolário da garantia à dignidade, o direito à saúde das mulheres privadas de liberdade verifica-se igualmente assegurado pelos diplomas legais analisados, contando inclusive com orientações das ONU, de caráter extralegal.

Entretanto, embora não se possa discutir a garantia formal da prestação do direito à saúde, a sua efetividade, por outro lado, encontra-se minimamente mitigada, basta que se contraste a situação carcerária narrada no primeiro capítulo com as garantias e deveres estatais do segundo.

É dizer que, apesar das prerrogativas legais, o estado de São Paulo continua, cotidianamente, a violar os direitos dessa parcela da população e, ao fazê-lo, infringe não somente suas obrigações enquanto ente da federação brasileira, mas também deveres que o Brasil contraiu perante a comunidade internacional, sendo importante destacar que tais deveres não são facultativos, implicando, o seu descumprimento, em sanções tanto em âmbito nacional quanto internacional.

A esse respeito, dispõe o art. 34, VI e VII, b da CF, que a intervenção Federal se dará para “**prover a execução de lei federal**, ordem ou decisão judicial” (g.n) e para “VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: (...) b) direitos da pessoa humana;”

Assim, considerando-se que, nos termos do art. 3º I e IV da CF, constituem objetivos da República Federativa do Brasil a construção de um sociedade livre, justa e solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem qualquer distinção; que a LEP assegura todos os direitos violados vistos até aqui, destacando-se o direito à saúde, e possui a natureza jurídica de lei federal e ainda que a supressão do direito à saúde constitui violação de direito da pessoa humana, encontram-se satisfeitos os requisitos para que haja intervenção federal no estado de São Paulo.

Por óbvio, a referida medida é, conforme disciplina o *caput* do art. 34, uma exceção, porquanto se trata de efetivamente suprimir a autonomia da unidade federativa e não se vislumbra, no momento da escrita deste trabalho, indícios de que venha a ocorrer. Assim, a presente argumentação destina-se meramente a delinear a gravidade das violações observadas no cárcere paulista, notadamente, neste recorte, nos estabelecimentos prisionais femininos.

Ademais, seguindo a mesma lógica, há uma segunda possibilidade: a responsabilização do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que, ao ratificar o Pacto de São José da Costa Rica, o Estado Brasileiro concordou em sujeitar-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Assim, a necessária responsabilização do Estado brasileiro pode ser analisada sob dois diferentes prismas, o primeiro concernente a necessidade de uma responsabilização do Estado brasileiro que culmine em condenação a prestação de indenização ao sobrevi-

vente do cárcere que tenha cumprido pena em condições violadoras, e o segundo referente a uma atuação que, análoga ao caso do Complexo Penitenciário De Curado - PE, ensejasse a determinação e fiscalização de políticas públicas que tenham por objetivo o controle de danos e a progressiva melhora das condições do cárcere.

O caso mencionado, destaca-se como um exemplo significativo de responsabilização do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos no contexto do sistema penitenciário, onde segundo informações da Pastoral Carcerária, o Complexo, projetado para abrigar no máximo 1.800 presos, chegou a alojar mais de 7.000, enfrentando problemas severos de superlotação e condições de vida desumanas, razão pela qual foi levado à Corte Internacional de Direitos Humanos por uma coalizão de organizações de direitos humanos, que denunciaram a superlotação, a presença de armas entre os detentos, a falta de assistência médica adequada e as condições precárias de higiene e infraestrutura.

Em resposta, a Corte IDH emitiu várias resoluções exigindo que o Brasil adotasse medidas imediatas para proteger a vida e a integridade física dos presos, funcionários e visitantes do complexo, que incluíam a redução da superlotação, melhorias nas condições de saúde e segurança, e a eliminação da presença de armas e de práticas abusivas, como inspeções corporais vexatórias e a contagem em dobro da pena dos detentos que lá cumprissem pena.

Por fim, tendo em vista que a análise detalhada dos direitos das mulheres privadas de liberdade no sistema penitenciário de São Paulo revela uma discrepância significativa entre as garantias formais e a efetividade prática desses direitos, ou seja, conclui pela inefetividade do direito à saúde, que resulta e agrava violações recorrentes dos direitos humanos no contexto prisional, verifica-se urgente a necessidade de medidas mais eficazes e a responsabilização do ente federativo e do Estado Brasileiro.

Conclusão

A execução penal, fase que sucede a sentença penal condenatória, é regulada pela Lei nº 7.210/84, cujo art. 3º assevera a não violação de direitos não afetados pela sentença e ainda assegura, nos termos do art. 41, I e VII, a prestação do direito constitucional à saúde.

Entretanto, realidade e legislação guardam pouca semelhança entre si e, por conseguinte, o que se assiste nos presídios - para fins desse estudo, notadamente nos presídios femininos de São Paulo - é a violação da garantia estabelecida pelo Legislador que tem por corolário a violação à própria dignidade da pessoa humana.

Assim, através da presente pesquisa buscou-se realizar um diagnóstico da efetividade da prestação de saúde nos estabelecimentos prisionais femininos de São Paulo, abordando racional e criticamente o descompasso entre realidade e normatividade.

Para tanto, foi conduzida pesquisa em artigos e livros acadêmicos voltados para o assunto, julgados de tribunais superiores, bem como análise de dados fornecidos por órgãos públicos e por pesquisas realizadas por grupos independentes, que permitiram observar que, embora o Brasil tenha formalmente garantido o direito à saúde das mulheres privadas de liberdade, a realidade nos estabelecimentos prisionais femininos de São Paulo está longe de qualquer previsão legal.

Nesse sentido, observou-se que as violações estudadas são aptas a ensejar a responsabilização não somente do estado de São Paulo perante a União, mas também do Estado Brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Não se olvidando a necessidade da responsabilização dos agentes que, por ação ou omissão, dolosamente contribuem para a mitigação do direito à saúde das detentas

No mais, verificou-se ainda que o crescente índice de encarceramento feminino destaca a necessidade de compreender as especificidades de saúde das detentas, que não devem ser tratadas apenas como "homens que menstruam". Nesse sentido, é crucial superar o discurso que desconsidera as condições carcerárias atuais e defende a alocação de recursos a áreas "mais merecedoras", um discurso baseado em falácias que ignora a realidade do sistema penal, que continua a afetar desproporcionalmente os mais vulneráveis.

Nesse contexto, a integração entre saúde e justiça é fundamental para garantir o direito à saúde das detentas – e por conseguinte, a manutenção da dignidade da pessoa humana - complementada pela implementação e fiscalização eficaz de políticas públicas.

Em síntese, são diversas as violações sanitárias a que são submetidas as mulheres privadas da liberdade no estado de São Paulo. Tais violações, em descompasso com a normativa internacional e nacional, variam em grau e natureza, mas são constantes em relação ao impacto na saúde das sentenciadas. Uma situação que, entretanto, não desestimula o crescimento de discursos que prezam por um recrudescimento legal e tratamento mais “severo” da população carcerária.

Referências

ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Monica Sapucaia; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. 50 Anos Do Pacto De São José Da Costa Rica: reflexões sobre justiça social no brasil. *Prim Facie*, [S.L.], v. 18, n. 39, p. 01-31, 4 fev. 2020. Portal de Periódicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2019v18n39.48750>.

BLEICHER, Ariel. Norway 's Humane Approach to Prisons Can Work Here Too. *UCSF Magazine*, 2021. Disponível em: <https://magazine.ucsf.edu/norways-humane-approach-prisons-can-work-here-too>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. SISDEPEN. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário. 2023. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> . Acesso em: 24 out. 2023.

CARCERÁRIA, Pastoral. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS CONSTATA VIOLAÇÕES NO COMPLEXO DO CURADO. 2016. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/corte-interamericana-de-direitos-humanos-constata-violacoes-no-complexo-do-curado>. Acesso em: 03 jul. 2024.

DPESP. Relatório de Inspeção NESC - Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto - Datado de 14/10/2022. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/0a885d88-01f4-cdc0-9be8-2c68e6729b3f> . Acesso em 6 de maio de 2023

GUERRA, Sidney. O Supremo Tribunal Federal e o Controle de Convencionalidade: Um Estudo em Comemoração aos 30 Anos da Constituição de 1988. *Revista Juridica*, [S.l.], v. 3, n. 52, p. 467 - 496, set. 2018. ISSN 0103-3506. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3228/371371744> . Acesso em: 03 jul. 2024.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Maria Patrícia V. Manual de direito penal. 10th ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788553620111. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620111/>. Acesso em: 31 out. 2024.

Poll,Roberta Eggert. Rules of Bangkok: Analysis of the brazilian female prison system in the light of recent jurisprudential and legislative about the subject. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/noticias/exibir/7520/> 5 jun. 2023.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Unidades Prisionais Femininas. 2023. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais-fem/pen-.html> . Acesso em: 24 out. 2023.

SIEH, Edward W.. Less Eligibility: the upper limits of penal policy. *Criminal Justice Policy Review*, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 159-183, jun. 1989. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/088740348900300204>.

VALOIS, Luís Carlos. Processo de execução penal e o estado de coisas inconstitucional. 2. ed. São Paulo: D'Plácido, 2021. 193 p.

Levantamento de plantas ruderais do bairro Vila Anglo Brasileira, São Paulo, SP

Survey of ruderal plants in the Vila Anglo Brasileira neighborhood, São Paulo, SP

Prado, Lais Forastieri de Almeida¹
Mayworm, Marco Aurélio Sivero²

Resumo

Plantas ruderais podem receber diferentes classificações, nativas, invasoras, exóticas ou introduzidas, naturalizadas, invasoras e ruderais. Elas podem ser aproveitadas de diferentes formas: no paisagismo, na alimentação, na farmacologia, na recuperação de áreas degradadas, como bioindicadores da qualidade de solos, no consórcio com outras espécies para melhoria da produção agrícola e principalmente na abundância e diversificação de animais polinizadores. O objetivo desse levantamento foi apresentar as espécies ruderais que compõe o Bairro Vila Anglo Brasileira, e seus potenciais de utilização. Foram encontradas 33 espécies pertencentes a 24 famílias botânicas.

Palavras chaves: Plantas ruderais, Plantas urbanas, PANC.

Abstract

Ruderal plants can be classified in different ways: native, invasive, exotic or introduced, naturalized, invasive and ruderal. They can be used in a variety of ways: for landscaping, food, pharmacology, to recover degraded areas, as bioindicators of soil quality, in consortium with other species to improve agricultural production and, above all, for the abundance and diversification of pollinating animals. The aim of this survey was to present the ruderal species that make up the Vila Anglo Brasileira neighborhood, and their potential uses. We found 33 species belonging to 24 botanical families.

Keywords: Ruderal plants, urban plants, PANC.

¹ Universidade Santo Amaro.

² Doutor em Ciências, Universidade de São Paulo. Professor do curso de Ciências Biológicas da Universidade Santo Amaro.

Introdução

As plantas podem receber diferentes padrões de classificação, de acordo onde ocorrem, e como interagem em um ambiente. Entre elas, estão as plantas que nascem em terrenos abandonados, sobre as calçadas, e outras vias urbanas. Agricultores e agrônomos as chamam de invasoras, ruderais, daninhas, inço, mato. Os biólogos utilizam terminologia baseada em estudos ecológicos: nativas, invasoras, exóticas ou introduzidas, naturalizadas, ruderais (PASTORE, M. et al 2012)

As plantas ruderais são muito importantes na abundância e na diversificação de insetos polinizadores, visto que está havendo uma escassez desses animais na natureza, devido a fatores antropogênicos, como uso de pesticidas na agricultura intensiva, fragmentação de habitats, mudanças climáticas, o que pode levar a escassez de alimentos.

Em ambientes urbanos, a presença dessas plantas, também pode substituir plantas ornamentais convencionais com muito mais economia, pois não necessitam de grande manutenção.

Algumas cidades da Europa como Sheffield, no Reino Unido (Figura 1) e Leuven, na Alemanha (Figura 2) adotaram a despavimentação, ou seja, a retirada do asfalto para facilitar a drenagem e o escoamento da água da chuva, e a inclusão de jardins, que também contribuem para amenizar os efeitos provocados pelas ilhas de calor.

Figura 1: Sheffield, Reino Unido.



Fonte: <https://pt.futuroprossimo.it/2024/02/depaving-sostituire-il-cemento-col-verde-ecco-le-citta-piu-depavimentate/>

Figura 2: Leuven, Bélgica.



Fonte: <https://pt.futuroprossimo.it/2024/02/depaving-sostituire-il-cemento-col-verde-ecco-le-citta-piu-depavimentate/>

Em hortas, pomares e lavouras elas podem servir de alimento aos inimigos naturais dos insetos que atacam as plantas, como as joaninhas, que comem os pulgões e as cochonilhas, evitando assim o uso de inseticidas e herbicidas. No caso de áreas cultivadas e de reflorestamento é preciso um manejo adequado para se conhecer cada espécie invasora, porque algumas funcionam como hospedeiros alternativos para certas espécies de herbívoros e patógenos que atacam plantas cultivadas (PALEARI, L. M., 2012).

As plantas ruderais podem ainda ser uma alternativa na alimentação. O termo PANC, que se refere às plantas alimentícias não convencionais, criado por KINUPP e BARROS em 2007 (SÁ, T. S., 2020), inclui muitas espécies ruderais, e muitas outras ainda podem ser incluídas nesse grupo de plantas.

Existem aproximadamente no Brasil 3.000 espécies de plantas PANC, mas boa parte delas é desconhecida pela população (LEMES, A. C. *et al.*, 2023), encontrando-se dispersas por áreas verdes de pequenas, médias e grandes cidades.

Em 2006 foi aprovada a regulamentação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através do Decreto nº 5.813, onde o Ministério da Saúde reconhece o uso de plantas medicinais e fitoterápicos (LEMÕES, M. A. *et al.*, 2012), e

muitas plantas ruderais são utilizadas na medicina popular em várias partes do país, porém muitas ainda precisam ser estudadas para verificar a sua eficácia.

Assim, torna-se urgente conhecer melhor essas plantas que hoje dividem espaços com edificações e vias de transporte nas cidades, e partir disso, buscar os seus benefícios para uma vida mais saudável das pessoas e contribuir para a proteção da biodiversidade vegetal e animal dos centros urbanos.

Objetivo

Este trabalho visou realizar um levantamento de plantas ruderais encontradas no bairro de Vila Anglo Brasileira, região oeste da cidade de São Paulo, e suas utilizações relatadas na literatura.

Metodologia

O método de levantamento foi desenvolvido percorrendo-se as ruas do bairro de Vila Anglo Brasileira. Cada espécie encontrada foi fotografada, e sua localização registrada através de GPS, e amostras testemunhas coletadas para herborização.

Cada espécie, teve um segmento coletado, para posterior processo de herborização e elaboração de exsicata. A identificação foi feita em duas etapas. Na primeira, as fotos foram inseridas no identificador fotográfico do aplicativo: Pl@antNet.

Na segunda etapa, foi realizada consulta ao Re flora, banco de dados do governo federal em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro que apresenta a Flora e Funga do Brasil e Herbário Virtual. As amostras testemunhas coletadas de cada espécie foram herborizadas e depositadas no herbário Unisa.

Área de estudo

Vila Anglo Brasileira é um bairro localizado da zona oeste de São Paulo, no distrito de Perdizes. Limita-se com os bairros: Jardim vera Cruz, Sumarezinho, Pompéia e Vila Romana (Figura 3).

Figura 3: Vista aérea do bairro Vila Anglo Brasileira, e localização das espécies coletadas.



Fonte: Google Earth

Resultado e discussão

Foram encontradas 34 espécies pertencentes a 24 famílias botânicas. A família mais abundante foi Asteraceae, com seis espécies, em seguida, Acanthaceae, com três espécies, Apocynaceae, Cactaceae e Malvaceae, com duas espécies, respectivamente. As famílias: Anacardiaceae, Apiaceae, Bixaceae, Brassicaceae, Commelinaceae, Convolvulaceae, Crassulaceae, Euphorbiaceae, Fabaceae, Lythraceae, Myrtaceae, Nyctagynaceae, Oxalidaceae, Polygonaceae, Solanaceae, Scrophulariaceae, Talinaceae, Turneraceae e Verbenaceae, apresentaram uma única espécie (Tabela 1).

Entre as espécies coletadas, 18 são nativas: gengibre azul (*Dichorisandra thyrsiflora* J. C. Mikanl.), guanxuma (*Sida acuta* Burm.f.), erva de veado, (*Elephantopus elatus*

Bertol.), gervão urticante (*Stachytarpheta cayennensis* (Rich.) Vahl, onze horas (*Portulaca umbraticola* Kunth), urucun (*Bixa orellana* L.), azedinha ou trevo (*Oxalis debilis* Kunth.), maria-pretinha (*Solanum americanum* Mill.), erva de santa Luzia (*Euphorbia hirta* L.), maria-gorda (*Talinum paniculatum* (Jacq.) Gaertn.), corda-de-viola (*Ipomoea purpúrea* (L.) Roth), pitanga-roxa (*Eugenia uniflora* L.), pingo de sangue (*Ruellia brevifolia*), ruélia (*Ruellia simplex* C.Wright), oficial-de-sala (*Asclepias curassavica* L.), cacto-macarrão (*Rhipsalis baccifera* (J.S.Muell.), ora-pro-nobis (*Pereskia grandifolia* Haw), aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolia* Raddi) (Tabela 1).

Foram ainda coletadas 13 espécies consideradas naturalizadas: algodão-de-preá (*Emilia fosbergii* Nicolson.), maravilha, (*Mirabilis jalapa* L.), barbasco (*Verbascum virgatum* Stokes), tapete-inglês (*Persicaria capitata* (Buch. -Ham. ex D.Don) H.Gross.), xanana (*Turnera subulata* Sm.), erva-de-touro (*Tridax procumbens* (L.) L., almeirão (*Lactuca indica* L.), mostarda selvagem (*Brassica rapa* L.), violeta chinesa (*Asystasia gangetica* (L.) T.Anderson), cardo (*Cirsium vulgare* (Savi) Ten.), cosmos amarelo (*Cosmos sulphureus* Cav.), mãe de milhares (*Kalanchoe serrata* Mannoni & Boiteau), e três espécies são cultivadas: bisnaguinha do campo (*Ammi majus* L.), falsa erica (*Cuphea hyssopifolia* Kunth), flamboyant mirim (*Caesalpinia pulcherrima* (L.) Sw.), boa-noite (*Catharanthus roseus* (L.) G. Don). (Tabela 1).

Entre as amostras registradas, 23 espécies apresentaram propriedades terapêuticas. Aqui foram citadas apenas algumas: *Bixa orellana* L. de onde se extrai um corante que contém bixina, pigmento a base de carotenóides, além de saponinas, alcalóides e flavonóides. Possui propriedades diuréticas, bactericidas, adstringentes e suas folhas são usadas no tratar diabetes, problemas respiratórios e gastrointestinais (Cordeiro, 2019); *Eugenia uniflora* L., que possui grande quantidade de vitamina C e B e sais licopeno, antioxidante que combate doenças como o câncer. Além de compostos fenólicos, flavonóides. As folhas são usadas no preparo de sucos verdes. Tradicionalmente é usada como antifebril, antirreumático, anti-hipertensivo. Extratos aquosos e hidroalcoólicos das folhas possuem ação antifúngica e antibacteriana. Nas folhas, ainda são encontrados óleos essenciais, que são usados na indústria cosmética (Mazine *et al.*, 2019); *Pereskia grandifolia* Haw.: as folhas são usadas no tratamento contra o colesterol, as folhas novas, maceradas com azeite, são usadas para tratar furúnculos (ESALQ/USP, s.d.); *Talinum paniculatum* (Jacq.) Gaertn.: seu extrato hidroalcoólico vem sendo estudado como antimicrobiano natural contra o crescimento de *Staphylococcus aureus* (Escarelli, *et al.*, 2021).

A grande maioria das plantas coletadas (20 espécies) podem ser utilizadas como plantas ornamentais, como a cana de macaco ou gengibre azul, *Dichorisandra thyrsiflora* J.C. Mikan; maravilha (*Mirabilis jalapa* L.); barbasco (*Verbascum virgatum* Stokes); onze horas ou beldroega (*Portulaca umbraticola* Kunth); tapete-inglês (*Persicaria capitata* (Buch. -Ham. ex D. Don) H.Gross.); xanana (*Turnera subulata* Sm.); urucun (*Bixa orellana* L.); violeta chinesa (*Asystasia gangetica* (L.) T.Anderson).

Onze espécies apresentaram propriedades alimentícias: *Asystasia gangetica* (L.); *Bixa orellana* L.; *Latuca indica* L.; *Oxalis debilis* Kunth; *Pereskia grandifolia* Haw.; *Portulaca umbraticola* Kunth; *Schinus terebinthifolia* Raddi; *Talinum paniculatum* (Jacq.) Gaertn.; *Turnera subulata* Sm; *Emilia fosbergii* Nicolson; *Brasicata rapa* L.

Oito espécies têm potencial melífero: cardo (*Cirsium vulgare* (Savi) Tem., urucun (*Bixa orellana* L.), aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolia* Raddi), pitanga-roxa (*Eugenia Uniflora* L.), oficial de sala (*Asclepias curassavica* L.), cosmos (*Cosmos sulphureus* Cav.), corda-de-viola (*Ipomoea purpurea* (L.) Roth), xanana (*Turnera subulata* Sm.)

Nesse levantamento verificou-se que a maioria das espécies coletadas são nativas. A maioria com grande potencial terapêutico, ou seja, 70% dessas espécies tem potencial farmacológico, 60% das espécies têm potencial para ser usada como planta ornamental, 33% são plantas PANC, ou seja, servem como alimento, e 24% são plantas melíferas. Algumas espécies apresentaram propriedades bem específicas, mas não menos importante, como o cosmos (*Cosmos sulphureus* Cav.), planta ornamental, naturalizada, que tem efeito alelopático sobre ervas daninhas, funcionando como um herbicida natural e a ruélia (*Ruellia simplex* C. Wright), planta ornamental, nativa, mas não endêmica do Brasil, que vem sendo estudada pela ação antimicrobiana de seu extrato etanólico.

Tabela 1: Espécies coletadas na área de estudo.

amostra	nome comum	nome científico	família	Localização
amostra 1	Cana de macaco ou gengibre azul	<i>Dichorisandra thyrsiflora</i> J.C.Mikan	Commelinaceae	-23.537341,-46.692183
amostra 2	Maravilha	<i>Mirabilis jalapa</i> L.	Nyctagynaceae	-23.537325,-46.692167
amostra 3	Guanxuma	<i>Sida acuta</i> Burm.f.	Malvaceae	-23.540036,-46.692802
amostra 4	Erva-de-veado	<i>Elephantopus elatus</i> Bertol.	Asteraceae	-23.539875,-46.692663
amostra 5	Gervão urticante	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	Verbenaceae	-23.539866,-46.692705
amostra 6	Barbasco	<i>Verbascum virgatum</i> Stokes	Scrophulariaceae	-23.5353,-46.692428
amostra 7	Onze horas	<i>Portulaca umbraticola</i> Kunth	Portulacaceae	-23.542124,-46.690251
amostra 8	Tapete-inglês	<i>Persicaria capitata</i> (Buch- Ham. exD.Don) H. Gross.	Polygonaceae	-23.53903,-46.696885
amostra 9	Algodão-de-preá	<i>Emilia fosbergii</i> Nicolson.	Asteraceae	-23.540855,-46.696289
amostra 10	Xanana	<i>Turnera subulata</i> Sm.	Turneraceae	-23.540843,-46.696356
amostra 11	Urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae	-23.534243,-46.692971

amostra 12	Erva-de-touro	<i>Tridax procumbens</i> (L.) L.	Asteraceae	-23.53669, -46.695291
amostra 13	Azedinha ou Trevo	<i>Oxalis debilis</i> Kunth.	Oxalidaceae	-23.545125, -46.691820-
amostra 14	Maria-pretinha	<i>Solanum americanum</i> Mill.	Solanaceae	-23.536256 -46.692954
amostra 15	Erva de Santa luzia	<i>Euphorbia hirta</i> L.	Euphorbiaceae	-23.540733- 46.692911
amostra 16	Almeirão	<i>Lactuca indica</i> L.	Asteraceae	-23.542817, -46.692871
amostra 17	Mostarda selvagem	<i>Brassica rapa</i> L.	Brassicaceae	-23.544699, -46.69227
amostra 18	Maria-gorda	<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.	Talinaceae	-23.543611, -46.691376
amostra 19	Corda-de-viola	<i>Ipomoea purpurea</i> (L.) Roth	Convolvulaceae	-23.541487, -46.693749
amostra 20	Violeta Chinesa	<i>Asystasia gangetica</i> (L.) T.Anderson	Acanthaceae	-23.541433, -46.69385
amostra 21	Pitanga-roxa	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae	-23.541473, -46.693803
amostra 22	Pingo de sangue	<i>Ruellia brevifolia</i> (Pohl) C.Ezcurra	Acanthaceae.	-23.536851, -46.696002
amostra 23	Cardo	<i>Cirsium vulgare</i> (Savi) Ten.	Asteraceae.	-23.535793, -46.695853
amostra 24	Bisnaguinha-do-campo	<i>Ammi majus</i> L.	Apiaceae	-23.534286, -46.693221
amostra 25	Ruélia	<i>Ruellia simplex</i> C. Wright	Acanthaceae	-23.541184,-46.692772
amostra 26	Cosmos amarelo	<i>Cosmos sulphureus</i> Cav.	Asteraceae	-23.544666,-46.693485
amostra 27	Oficial de sala	<i>Asclepias curassavica</i> L.	Apocynaceae	-23.536133,-46.694255
amostra 28	Falsa Érica	<i>Cuphea hyssopifolia</i> Kunth	Lythraceae	-23.539453,-46.69415
amostra 29	Cacto-macarrão	<i>Rhipsalis baccifera</i> (J.S. Muell.) Stearn	Cactaceae	-23.545123,-46.691546
amostra 30	Flamboyant mirim	<i>Caesalpinia pulcherrima</i> (L.) Sw.	Fabaceae	-23.540243,-46.691623
amostra 31	Ora-pro-nobis	<i>Pereskia grandifolia</i> Haw.	Cactaceae	-23.537617,-46.694778
amostra 32	Aroeira vermelha	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Anacardiaceae	-23.543633,-46.690515
amostra 33	Mãe de Milhares	<i>Kalanchoe serrata</i> Mannoni&Boiteau.	Crassulaceae	-23.540535,-46.690625
amostra 34	boa-noite	<i>Catharanthus roseus</i> (L.) G. Don	Apocynaceae	-23.543322,-46.692066

Abaixo são apresentadas algumas imagens obtidas das plantas coletadas neste trabalho.

Fig. 4: *Asclepias curassavica* L.



Fig. 5: *Bixa orellana* L.



Fig. 6: *Oxalis debilis* Kunth.



Fig. 7: *Cirsium vulgare*
(Savi) Ten



Fig. 8: *Ipomoea purpurea*
(L.) Roth



Fig. 9: *Ruellia simplex* C. Wright



Comentários finais

Ao longo de três meses foram percorridas todas as ruas do bairro de Vila Anglo Brasileira. Foram encontrados nichos de natureza onde essas plantas exercem um papel fundamental para uma série de insetos, como abelhas, borboletas, besouros, vespas, moscas e mariposas que visitam a vegetação ruderal, seja para se alimentar, colhendo o néctar ou para polinizar.

Além disso, a flora ruderal tem um componente importante da diversidade de plantas urbanas e são de grande importância para o desenvolvimento sustentável do espaço verde urbano.

Poderiam ser introduzidas em espaços urbanos em substituição as plantas ornamentais tradicionais. Seria mais econômico e exigiriam menos cuidados.

Paisagistas e biólogos poderiam trabalhar em conjunto para melhorá-las e assim tornar os espaços urbanos mais atraentes para as pessoas e para a preservação da diversidade de animais que dependem delas para sua sobrevivência.

Referências

CORDEIRO, S. Z. *Bixa orellana* L. In: Herbário Prof. Jorge Pedro Pereira Carauta. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biociências, 2019. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/bixa-orellana-l>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CORDEIRO, S. Z. *Tridax procumbens* (L.) L. In: Herbário Prof. Jorge Pedro Pereira Carauta. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biociências, 2020. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/tridax-procumbens-l-l>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CORDEIRO, SZ. *Turnera subulata* Sm. In: Herbário Prof. Jorge Pedro Pereira Carauta. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biociências, 2020. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/turnera-subulata-sm>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CRUZ, S. *As plantas no jardim do século vinte*. Salome cruz blogspot. Lisboa, 2010. Disponível em: <https://salomecruz.blogspot.com/>. Acesso em 16 jan. 2024.

ESCARELLI, A. B. et al. *Talinum paniculatum* (Jacq.) Gaertn. *Talinum paniculatum*: composição química e atividade antimicrobiana. In: Seminário de Extensão e Inovação, XI. Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, XXVI, 08 a 12 de novembro, Guarapuava/PR, 2021. p.1-6. Disponível em: <https://eventos.utfpr.edu.br/sicite/sicite2021/paper/viewFile/8451/3729>. Acesso em: 16 dez. 2023.

LEMES, A. C. et al. HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DAS PANCS NA ALIMENTAÇÃO BRASILEIRA. In: OLIVEIRA Filho, J. G. *Plantas alimentícias não convencionais: aplicação na tecnologia de alimentos e potencial benéfico na saúde humana*. Goiânia: IF Goiano, 2023. p. 10-23. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574860?mode=full>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LEMÕES, M. A. et al. The use of the plant *sphagneticola trilobata* farmer safected by diabetes mellitus. R. *Pesq. Cuid. Fundam.* Rio de Janeiro, jan./mar. 4(1):2733-39, 2012. Disponível em: https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/1592/pdf_485 Acesso em: 21 out. 2023.

MARQUES, M. S. *Retratos de dois momentos: plantas de uso medicinal nas comunidades da costada lagoa e do canto dos araçás*. TCC. Florianópolis: Universidade Fe-

deral de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132555>. Acesso em: 01 dez. 2023. p.33.

MAZINE, F. F. et al. Eugenia. In: Herbário Prof. Jorge Pedro Pereira Carauta. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biociências, 2019. Disponível em: <<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB10560>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PALEARI, L. M. Guia Alimentar - Plantas Ruderais: o mato que alimenta, protege e embeleza o ambiente. Botucatu: REDE SANS / FINEP, 2012 (Livreto). Disponível em: <<http://redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2012/10/plantas-ruderais.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2023.

PASTORE, M. et al. Plantas Exóticas Invasoras na Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba, Santo André: Instituto de Botânica, 2012. 46p. Disponível em: <https://jbb.ibict.br/bitstream/1/367/1/Guia%20de%20campo%20exoticas%20invasoras%20SP.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

PERESKIA grandifolia Haw. In: Trilhas da ESALQ. São Paulo: ESALQ/USP. Departamento de botânica. [internet]. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/trilhas/medicina/am16.htm>. Acesso em: 03 fev. 2024.

SÁ, T. S. Beldroega (*Portulaca oleracea* L.): potenciais como recurso genético para alimentação. Bahia, 2020.70p. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/pgrecvegetais/images/phocadownload/Thiago_Serravalle_de_S%C3%A1.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

O papel da consciência fonológica no processo de alfabetização de crianças com síndrome de down (T21)

The role of phonological awareness in the literacy process of children with Down syndrome (T21)

Lira, Maria Tereza Pedroso Paes de¹

Bondioli, Ana Cristina Vigliar¹

Resumo

Este trabalho investigou estratégias de alfabetização para crianças com Síndrome de Down (T21), com ênfase no método das onomatopeias. A pesquisa abordou os desafios e possibilidades no processo de ensino da alfabetização e letramento, considerando as diferenças cognitivas e sociais dessas pessoas. Baseado em uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo analisou metodologias que utilizam recursos lúdicos, como sons e imagens, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas. O método das onomatopeias, desenvolvido pela Dra. Sandra Puliezi, foi um dos focos principais. A metodologia, que combina sons e imagens para estimular a consciência fonológica, mostrou-se promissora tanto para crianças típicas quanto para crianças com necessidades diferenciadas. Estudos apresentados demonstraram avanços significativos no aprendizado da leitura e escrita, reforçando a ideia de que o ensino explícito dos sons das letras é essencial para o desenvolvimento acadêmico. A pesquisa evidenciou a necessidade de recursos acessíveis e adaptáveis ao contexto educacional brasileiro, além de destacar o papel crucial da formação docente e do apoio familiar em associação com os terapêuticos. O estudo concluiu que métodos fônicos e multissensoriais, como o das onomatopeias, podem contribuir de forma significativa para a alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21). Este trabalho também aponta para a importância de pesquisas futuras que aprofundem a aplicação desses métodos, especialmente em contextos escolares inclusivos, fortalecendo a construção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento pleno de crianças com Síndrome de Down (T21).

Palavra-chaves: Alfabetização Inclusiva; Síndrome De Down; Consciência Fonológica; Onomatopeias; Ensino Multisensorial.

¹ Universidade Santo Amaro.

Abstract

This study investigated literacy strategies for children with Down Syndrome (T21), with an emphasis on the onomatopoeia method. The research addressed the challenges and possibilities in the process of teaching literacy and literacy, considering the cognitive and social differences of these individuals. Based on a qualitative and exploratory approach, the study analyzed methodologies that use playful resources, such as sounds and images, highlighting the importance of inclusive pedagogical practices. The onomatopoeia method, developed by Dr. Sandra Puliezi, was one of the main focuses. The methodology, which combines sounds and images to stimulate phonological awareness, has shown promise for both typical children and children with special needs. The studies presented demonstrated significant advances in the learning of reading and writing, reinforcing the idea that explicit teaching of letter sounds is essential for academic development. The research highlighted the need for accessible and adaptable resources to the Brazilian educational context, in addition to highlighting the crucial role of teacher training and family support in association with therapeutic methods. The study concluded that phonic and multisensory methods, such as onomatopoeia, can contribute significantly to the literacy of children with Down Syndrome (T21). This work also highlights the importance of future research that deepens the application of these methods, especially in inclusive school contexts, strengthening the construction of pedagogical practices that favor the full development of children with Down Syndrome (T21).

Keywords: Inclusive Literacy; Down Syndrome; Phonological Awareness; Onomatopoeia; Multisensory Teaching.

Introdução

O presente artigo nasceu de um Trabalho de Conclusão de Curso em nível de pós-graduação, “A Pedagogia Waldorf e os desafios na contemporaneidade”, da Faculdade Rudolf Steiner, localizada em São Paulo.

A alfabetização e o letramento de pessoas com Síndrome de Down, também conhecida como trissomia 21 (T21), são questões de grande relevância no contexto educacional. Estima-se que existam cerca de 300 mil pessoas com essa condição no Brasil. Contudo, muitas crianças com T21 enfrentam dificuldades para alcançar níveis satisfatórios de alfabetização durante o período escolar, o que pode limitar sua participação social e sua busca por autonomia. Garantir o direito à alfabetização é essencial para que essas pessoas exerçam plenamente sua cidadania e, se desejarem, deem continuidade aos estudos, incluindo o ensino superior.

No entanto, a inclusão escolar ainda enfrenta muitos desafios no Brasil, mesmo

com os avanços proporcionados por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Um desses desafios é a aplicação de práticas pedagógicas que considerem as particularidades cognitivas e linguísticas de estudantes com Síndrome de Down. Estudos indicam que a maioria dessas crianças apresenta um ritmo de aprendizado mais lento e características que demandam abordagens metodológicas diferenciadas, especialmente no processo de alfabetização.

Pesquisas recentes, como as de Pedroso, Sandes e Oliveira (2024), apontam que a consciência fonológica é uma habilidade central para o desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças com Síndrome de Down. Métodos como a alfabetização fônica têm se mostrado promissores, especialmente quando aliados a estratégias lúdicas, como o uso de onomatopeias. A abordagem da Dra. Sandra Puliezi, que parte do conceito de que "as letras falam", propõe associar sons e imagens para tornar o processo de ensino mais dinâmico e intuitivo. Essa metodologia pode ser uma ferramenta eficaz, especialmente no contexto das escolas públicas, onde os desafios de inclusão são ainda mais acentuados.

Além disso, os dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior destacam a importância de práticas alfabetizadoras eficazes na educação básica. Segundo o Movimento Down, atualmente existem apenas 74 pessoas com Síndrome de Down que estão ou já se formaram no Ensino Superior no Brasil, embora o número total de pessoas com essa condição seja estimado em 300 mil, conforme o Censo de 2022. Esse dado reforça a necessidade de investir em intervenções pedagógicas que ampliem as possibilidades de aprendizado e autonomia desde os primeiros anos escolares.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca investigar como a alfabetização fônica, associada ao uso de onomatopeias, pode ser implementada em escolas públicas para beneficiar crianças com Síndrome de Down. O objetivo é propor práticas pedagógicas inclusivas que contribuam para o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita, promovendo a cidadania e a equidade. Por meio de uma análise qualitativa e exploratória, este estudo pretende também preencher ausências na literatura acadêmica e oferecer caminhos para professores enfrentarem os desafios da educação inclusiva.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, que busca investigar como a alfabetização fônica pode contribuir para o desenvolvimento da consciência fonológica em crianças com Síndrome de Down. A escolha dessa abordagem deve-se à necessidade de aprofundar a compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas e à análise de estudos já existentes sobre o tema. A pesquisa iniciou-se com a definição do tema central, que envolve a

alfabetização fônica, porém também buscou informações sobre a alfabetização fônica com o uso das onomatopeias, baseado no método da Dra. Sandra Puliezi. A abordagem exploratória foi escolhida para identificar, analisar e interpretar as contribuições já publicadas por outros autores sobre esse assunto. O levantamento bibliográfico foi realizado com o objetivo de reunir informações relevantes e atualizadas sobre o tema. Para isso, utilizou o Google Acadêmico como principal ferramenta de busca, aplicando os seguintes termos-chave: Alfabetização e Síndrome de Down e Alfabetização fônica com o uso das onomatopeias Dra. Sandra Puliezi. Inicialmente, identificou 15 materiais acadêmicos, incluindo artigos científicos, dissertações e teses. Após uma análise criteriosa, que levou em conta a relevância, a qualidade metodológica e a conexão com o tema, foram selecionados 11 artigos para compor a base teórica deste trabalho. Além dos textos acadêmicos, foram consultadas legislações e documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante práticas pedagógicas inclusivas e reforça o direito à educação para pessoas com deficiência. Essa etapa foi essencial para contextualizar a pesquisa dentro do marco legal brasileiro.

Após a seleção dos materiais, foi realizada uma leitura detalhada dos textos para identificar e organizar os principais conceitos, estratégias pedagógicas e resultados apresentados pelos autores. A análise seguiu critérios como: As contribuições das práticas descritas para a alfabetização de crianças com Síndrome de Down. Reflexões sobre inclusão escolar e os desafios enfrentados por, familiares e educadores. Relação entre o uso de sons, imagens e onomatopeias no processo de alfabetização. Os dados foram organizados em categorias temáticas que nortearam a construção dos capítulos do trabalho e a discussão dos resultados.

A escolha pela abordagem qualitativa e exploratória justifica-se pela necessidade de compreender o tema de forma aprofundada e de reunir informações que sirvam como base para futuras pesquisas. Essa metodologia permitiu analisar estudos existentes, identificar pontos a melhorar e destacar boas práticas que podem ser aplicadas em contextos escolares inclusivos.

Alfabetização e letramento: diferenças, métodos e inclusão escolar

Alfabetização e letramento, embora sejam processos que caminhem juntos, são conceitos distintos. A alfabetização consiste na codificação e decodificação de letras, sílabas, palavras e números, enquanto o letramento ocorre quando todas essas informações geram significado: a interpretação de texto, a reflexão sobre o que é lido, o prazer em realizar uma leitura ou a capacidade de criar discursos. Esses processos são essenciais para que uma pessoa compreenda, de forma plena, seu papel na sociedade. Assim, alfabetização e letramento integram o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Historicamente, a forma mais comum de alfabetização se limitava ao domínio das letras e sílabas, utilizando métodos conhecidos como sintéticos. Esses métodos priorizavam repetições mecânicas e descontextualizadas, sem explorar as relações entre fala e escrita. O uso de cartilhas era predominante, assim como a soletração e a fonação, caracterizando o método tradicional. Contudo, apesar de alfabetizar muitas pessoas, esses métodos não promoviam o letramento. Muitos eram incapazes de redigir bilhetes simples, compreender receitas ou interpretar contratos.

Diante dessa necessidade, educadores buscaram novas abordagens. Métodos que, embora existentes, eram pouco utilizados ganharam espaço depois de muitos anos, visando não apenas alfabetizar, mas também letrar. A diversidade das formas de aprendizagem apontou para a necessidade de desmetodizar, ou seja, adaptar práticas às diferenças dos estudantes. Como destaca Mendonça: "surgiu em decorrência do fracasso da utilização de práticas equivocadas e inadequadas, derivadas de tentativas de aplicação da teoria construtivista à alfabetização" (Mendonça, 2007, p. 24, apud Alves, 2022, p. 31).

Entre as abordagens diferenciadas, destaca-se o método fônico, que surgiu como alternativa às críticas à soletração. Documentado na França por Vallange, em 1719, o método fônico prioriza os sons dos grafemas e inicia o processo com as vogais, avançando para as consoantes, sílabas e, finalmente, palavras. Hoje, o método fônico é amplamente recomendado, por renomados alfabetizadores, como Magda Soares, que acreditava que esse método explícito de alfabetização, estimulava a reflexão dos estudantes sobre a escrita e sons mas, ao observar as práticas em sala de aula, percebe-se que muitas formas tradicionais de ensino ainda persistem. A repetição de sílabas e frases descontextualizadas, comuns em métodos antigos, aparece frequentemente em folhas de atividades impressas retiradas da internet, sem qualquer propósito definido. Muitas vezes, essas atividades são escolhidas de forma apressada por professores que, diante da pressão para apresentar resultados rápidos ou da falta de recursos pedagógicos adequados, acabam buscando alternativas que apenas ocupem o tempo das crianças. Essa prática contribui para que o ensino seja mecânico e desconectado das reais necessidades dos estudantes.

Essas escolhas refletem um cenário em que muitos professores, sobrecarregados e pressionados pela defasagem escolar agravada por problemas como os anos de pandemia COVID-19, déficits e deficiências individuais dos estudantes que não são laudados, como TDAH, TEA, TOD, DI, Dislexia, Discalculia, Disgrafia, e outras tantos problemas que enfrentam e afetam a vida escola e/ou a ausência de acompanhamento especializado, enfrentam dificuldades para planejar aulas contextualizadas e efetivas. Isso faz com que o aprendizado de grande parte dos estudantes fique comprometido. Embora essas práticas possam parecer produtivas à primeira vista, elas não promovem um aprendizado significativo e duradouro. O foco permanece na alfabetização superficial, sem a devida atenção ao letramento. Assim, muitos estudantes chegam ao

terceiro ano do ensino fundamental iletrados, e uma grande parcela permanece praticamente analfabeta, incapaz de compreender ou utilizar a leitura e a escrita de forma funcional em suas vidas.

Quando se trata de pessoas com deficiência, a realidade é ainda mais dura, pois a cobrança para que essas crianças sejam alfabetizadas existe, porém, na prática escolar, essa pressão é bem menor. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, Art. 27).

Crianças com qualquer tipo de deficiência têm seu direito assegurado por lei de ter o máximo desenvolvimento possível. E, no caso das que possuem Síndrome de Down, não é diferente. O direito à inclusão no ensino regular é garantido, e seus pais, junto à escola, têm o dever de proporcionar todos os meios para que isso ocorra, eliminando barreiras e promovendo as melhores condições para que essa inclusão seja plena, garantindo o acesso ao currículo e promovendo a igualdade.

O Artigo 28 da mesma lei estabelece:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

O que é Síndrome de Down

A Síndrome de Down, também conhecida como trissomia 21, é uma condição genética causada pela presença de um cromossomo 21 extra em todas ou em algumas células do organismo. Essa alteração ocorre devido a um erro na divisão celular durante a formação do óvulo ou do espermatozoide. Embora a causa exata da trissomia ainda não seja completamente compreendida, sabe-se que está relacionada à idade materna.

Mulheres com mais de 35 anos têm um risco maior de gerar bebês com essa condição, embora ela também possa ocorrer em mães mais jovens.

Estima-se que a cada 800 nascimentos vivos, um bebê tenha Síndrome de Down. Essa condição foi primeiramente descrita por John Langdon Down em 1866, mas apenas em 1959 Jérôme Lejeune identificou sua causa genética, a trissomia no cromossomo 21 como apontado nos estudos de Pedroso, Sandes e Oliveira (2024). Apesar de ser o menor cromossomo humano, ele altera significativamente o funcionamento genético e o desenvolvimento físico e intelectual da pessoa.

Pessoas com Síndrome de Down (T21) compartilham algumas características físicas em comum, como rosto levemente achatado, olhos puxados com uma dobra de pele característica no canto interno (epicanto), orelhas pequenas e boca menor. Contudo, é importante destacar que essas semelhanças não determinam a identidade da pessoa, já que cada indivíduo é único em sua aparência, personalidade e habilidades.

Além das características físicas, a Síndrome de Down (T21) está associada a condições de saúde específicas. Cerca de 40% dos indivíduos apresentam problemas cardíacos congênitos, e muitos também enfrentam hipotonia muscular (diminuição do tônus muscular), problemas respiratórios e maior propensão a infecções. No campo do desenvolvimento, são comuns atrasos motores e intelectuais, bem como alterações neuropsicológicas, que podem impactar a memória, a atenção e a linguagem.

Esses desafios podem afetar o aprendizado, mas, com intervenções adequadas e suporte pedagógico inclusivo, muitas barreiras podem ser superadas. Pessoas com Síndrome de Down (T21) têm potencial para aprender, trabalhar e participar plenamente da sociedade, especialmente quando recebem estímulos desde cedo e têm acesso a um ambiente escolar que valorize suas capacidades individuais.

Apesar dos desafios e semelhanças, a beleza da individualidade prevalece. Cada pessoa possui sua própria personalidade, graça, talentos e formas de ver o mundo, mostrando que suas vidas não devem ser definidas apenas pela condição genética.

O papel da família no processo de alfabetização

Quando uma família recebe o diagnóstico de Síndrome de Down (T21), é comum que isso gere insegurança, sofrimento e, em alguns casos, até rejeição. Muitos pais reagem com agressividade em relação à pessoa que trouxe a notícia (Ferreira, 2023). Com o tempo, porém, a família percebe que, embora o desenvolvimento da criança ocorra de forma mais lenta, ela enfrentará os mesmos desafios que outras crianças. Com apoio, pode levar uma vida praticamente normal, realizando atividades cotidianas como qualquer outra pessoa da sociedade.

A família desempenha um papel essencial nesse processo. O estímulo constante e

a interação com os membros devem ser motivadores e colaborativos. Incentivar a prática de tudo o que a criança assimila é fundamental para promover seu desenvolvimento. Contudo, é necessário ter cuidado com a superproteção, que pode limitar as possibilidades da criança de adquirir independência e interagir socialmente (Ferreira, 2023). Um bom equilíbrio entre apoio e autonomia pode ser alcançado ao oferecer desafios adequados à idade e habilidades da criança, elogiando suas conquistas e respeitando seu tempo

Apesar de desafiador, estimular uma criança com Síndrome de Down (T21) é extremamente gratificante. O hábito de leitura em família tem um impacto significativo. Ao contar histórias, ler em voz alta ou comentar notícias, a família não só desperta o interesse pela alfabetização, mas também cria memórias positivas em torno da leitura, facilitando o aprendizado. Crianças que convivem desde cedo com a linguagem escrita entram na escola mais familiarizadas com a leitura e a escrita, o que lhes permite enfrentar os desafios da alfabetização com mais segurança. Estudos mostram:

Aliada ao papel da escola como agência de letramento está a família, importante elemento para auxiliar no processo de letramento. A criança que convive desde muito cedo com a palavra escrita por meio de leitura de histórias na hora de dormir, que vê os pais ou irmãos lendo livros, revistas, jornais, quadrinhos, fazendo comentários de notícias, fica familiarizada com o escrito e reconhece que a linguagem verbal possui formas diferenciadas de expressão. Ao adentrar o universo escolar, a criança não tem a impressão de estar convivendo com o desconhecido ao se deparar com a leitura e a escrita e tem mais condições de obter sucesso na aprendizagem da leitura de forma plena. (Feistauer, 2014)

Além disso, a orientação de profissionais, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas, é essencial. Esses especialistas podem indicar atividades e exercícios que estimulem o desenvolvimento motor, cognitivo e linguístico da criança. No entanto, é igualmente importante que a família saiba o momento de pausar e permitir descanso, para que os estímulos não se tornem exaustivos ou desmotivadores.

O papel da família vai além das consultas regulares ao pediatra. É necessário investir em fisioterapia, fonoaudiologia e, muitas vezes, outros tratamentos, que frequentemente estão disponíveis pelo SUS. O artigo 18 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina que "é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário" (Brasil, 2015, Art. 18). Em algumas situações, a família pode recorrer a benefícios como o BPC-LOAS, do INSS, para complementar os custos dos tratamentos. O artigo 40 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante que "é assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de

7 de dezembro de 1993" (Brasil, 2015, Art. 40).

Apesar do suporte oferecido pelo SUS e benefícios como o BPC-LOAS, muitas famílias enfrentam desafios no acesso a tratamentos especializados, como longas filas de espera, escassez de profissionais qualificados e custos adicionais com transporte ou materiais. Investir em apoio terapêutico e pedagógico é crucial, mas também é importante que a família tenha acesso a informações e suporte psicológico para lidar com o impacto emocional e os desafios financeiros.

A participação ativa da família na vida escolar da criança é outro aspecto relevante. Estabelecer um diálogo constante com a escola, compartilhar observações sobre o desenvolvimento da criança e buscar formas de colaborar com os professores pode potencializar os resultados. Além disso, incluir a criança em atividades sociais e culturais fora do ambiente escolar, como passeios, brincadeiras em grupo e oficinas artísticas, amplia suas possibilidades de aprendizado e interação social.

À medida que os resultados aparecem, como maior autonomia e novas habilidades, a família percebe que todo o esforço e dedicação valem a pena. O papel da família, aliado a estímulos adequados, orientação profissional e um ambiente escolar inclusivo, é essencial para proporcionar à criança uma vida plena e integrada à sociedade.

O papel da escola no processo de alfabetização

A escola desempenha um papel fundamental na vida de todas as crianças. É nesse ambiente que elas aprendem a viver em sociedade, convivendo com pessoas além do círculo familiar. Esse processo, porém, pode ser mais desafiador quando a criança tem uma deficiência.

Após vivenciar as primeiras experiências no ensino infantil, chega o momento de a criança explorar o mundo letrado no ensino fundamental. Esse ambiente deve ser o mais acolhedor possível, livre de preconceitos e capacitismo. A criança com Síndrome de Down (T21) tem o direito de usufruir de todos os espaços escolares, participar de todas as atividades e ser incluída como qualquer outra. Para isso, a escola precisa se preparar, garantindo acessibilidade, suporte pedagógico e adaptações necessárias, independentemente das limitações físicas ou cognitivas.

Um ambiente acolhedor é aquele que proporciona à criança segurança para se sentir capaz de realizar atividades como seus colegas. Para isso, são indispensáveis adaptações pedagógicas, formações específicas para os profissionais da educação e o envolvimento de toda a comunidade escolar, para que a criança com deficiência se perceba como parte integrante do grupo.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº

13.146/2015), "adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado" são obrigações no âmbito educacional (Brasil, 2015, Art. 28).

A criança com Síndrome de Down (T21) apresenta características específicas em sua estrutura cerebral, o que pode resultar em atrasos no desenvolvimento da linguagem e na aquisição da leitura e escrita. Esses atrasos, no entanto, não são impeditivos, mas demandam mais tempo e estratégias diferenciadas. O que é considerado padrão no desenvolvimento de crianças típicas nem sempre se aplica a crianças com Síndrome de Down (T21). Assim, as escolas devem romper com modelos tradicionais de ensino, que muitas vezes apenas integram esses estudantes, mas não os incluem de fato.

A inclusão plena requer adaptações no currículo escolar, que devem ser pensadas para atender às necessidades de cada criança com deficiência, uma das formas é por fazer um Plano Educacional Individualizado (PEI), esse plano é feito por uma equipe multiprofissional pensando em todas as necessidades de adaptação desse currículo;. Como o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down (T21) tende a ser mais lento, é essencial adotar estratégias alternativas e diversificadas que minimizem essas diferenças, permitindo que elas acompanhem, tanto quanto possível, o progresso de seus colegas. (Azevedo, Pinto, Guerra, 2012)

Nesse contexto, o processo de alfabetização pode se tornar mais natural e significativo. Embora alfabetizar e letrar uma criança com qualquer tipo de transtorno, deficiência ou síndrome seja um desafio maior do que alfabetizar crianças típicas, é algo perfeitamente possível e gratificante. Com uma escola acolhedora, preparada e comprometida, esse processo pode ser conduzido com tranquilidade, promovendo o desenvolvimento pleno da criança e garantindo seu direito à educação de qualidade.

A alfabetização da criança com Síndrome de Down (T21)

A Síndrome de Down(T21), embora represente desafios, não é um impedimento para o desenvolvimento e a aprendizagem. O fato de uma pessoa não saber ler e escrever certamente traz prejuízos que limitam sua capacidade de ter uma vida mais prática e sociável no futuro. No entanto, é plenamente possível que pessoas com Síndrome de Down (T21) desenvolvam essas competências. Para isso, é essencial construir um alicerce sólido, com estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades e potencialidades.

Diversas pesquisas têm explorado métodos eficazes de alfabetização, sendo o método fônico um dos mais destacados. Essa abordagem enfatiza o desenvolvimento da consciência fonológica, que permite à criança manipular os sons da língua por meio de atividades como rimas, identificação de sons iniciais e finais, e segmentação silábica. Um ponto central do método é ensinar os sons das letras, ajudando a criança a compreender que os fonemas produzidos pelas combinações das

letras vão além dos seus nomes. Estudos demonstram que o método fônico traz benefícios significativos na alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21), tornando-se uma estratégia viável e promissora.

No entanto, ainda há lacunas na formação de professores quanto à alfabetização de crianças com deficiência. Muitos educadores não têm domínio sobre métodos que trabalham a consciência fonológica. Ferreira (2023) enfatiza a importância de estratégias práticas e acessíveis, como se comunicar diretamente com a criança no mesmo plano visual e posicioná-la próxima ao professor e à lousa, para otimizar a comunicação e a compreensão. Além disso, atividades motoras e sensoriais que estimulem a coordenação são fundamentais, podendo ser realizadas individualmente ou em grupo. Essas estratégias, alinhadas a uma comunicação clara e próxima, auxiliam as crianças a desenvolverem habilidades com base na imitação e no estímulo do ambiente escolar.

Estudos também mostram que pessoas com Síndrome de Down (T21) possuem maior facilidade para tarefas que exigem memória visual e espacial. Mesmo com dificuldades na linguagem oral, essas crianças podem aprender a ler utilizando recursos que valorizem essas habilidades. Cardoso, Michalick e Pollo (2006), por exemplo, observaram que o conhecimento dos nomes das letras é essencial para o aprendizado da leitura e escrita. Crianças que desconheciam os nomes das letras apresentaram dificuldades significativas nesses processos, reforçando a importância da relação entre letra e som para o desenvolvimento dessas competências.

Pesquisas mais recentes destacam o uso de tecnologias assistivas como uma ferramenta valiosa no processo de alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21). Pedroso, Sandes e Oliveira (2024), em uma revisão sistemática da literatura, analisaram 21 artigos publicados na última década e apontaram que tecnologias interativas e modelos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) promovem avanços significativos. Esses recursos utilizam imagens e sons para estimular a identificação e o pareamento, habilidades fundamentais na construção da leitura e escrita. Além disso, a consciência fonológica continua a ser um base indispensável nesse processo, permitindo que as crianças compreendam a estrutura da linguagem e desenvolvam maior autonomia na decodificação e codificação de palavras.

Apesar da relevância de abordagens lúdicas e interdisciplinares, envolvendo educadores e fonoaudiólogos, a realidade escolar nem sempre permite o uso de tecnologias avançadas. A ausência de recursos, como tablets ou softwares educativos, pode desmotivar profissionais e famílias, enfraquecendo a crença na capacidade dessas crianças de progredir. Contudo, mesmo com limitações, estratégias simples e acessíveis, quando bem planejadas, podem promover resultados significativos. A chave está no comprometimento de todos os envolvidos, no planejamento cuidadoso e na busca contínua por uma educação inclusiva e de qualidade.

O método das onomatopeias na alfabetização

As onomatopeias são figuras de linguagem que expressam sons ou ideias por meio de

palavras que imitam ruídos do cotidiano, como "muuu" para o som de uma vaca ou "vuuu" para o vento. Essa estratégia tem se mostrado eficaz na alfabetização, especialmente por sua abordagem lúdica e multisensorial. Criado pela Dra. Sandra Puliezi, o método das onomatopeias associa sons e imagens para estimular a consciência fonológica de maneira envolvente, através do alfabeto das onomatopeias. (Figura 1) Graduada em Pedagogia, Psicopedagogia, com Mestrado e Doutorado em Psicologia da Educação pela PUC-SP, Puliezi desenvolveu a metodologia com o princípio de que "as letras falam", transformando a aprendizagem em um processo mais intuitivo e acessível.

Alves (2022) descreve o método como “uma forma lúdica de desenvolver a consciência fonêmica, conectando o pensamento da criança a algo concreto, que estimula sua imaginação. Todas as letras e fonemas são ensinados por meio de onomatopeias, utilizando vias fono-visio-articulatórias”. Essa abordagem promove a aprendizagem integrando elementos visuais, auditivos e motores, criando conexões significativas para o estudante.

Durante a pandemia de COVID-19, professoras de escolas públicas utilizaram o método das onomatopeias como alternativa para superar os desafios do ensino remoto. Segundo Sousa (2023), após estudarem o método por meio de materiais gratuitos, essas profissionais criaram vídeos caseiros para alfabetizar seus estudantes, obtendo resultados positivos mesmo em um contexto adverso, aulas 100% online, onde muitas vezes seus estudantes não tinham acesso a uma internet com qualidade ou aos recursos necessários. Isso reforça a eficácia do método em ambientes educacionais diversos.

Outro estudo recente com crianças da educação infantil numa escola particular demonstrou o avanço de habilidades de leitura e escrita em apenas dez semanas utilizando o método aliado a histórias curtas. Oliveira (2022) relata que as crianças passaram a reconhecer palavras simples, articular frases mais complexas e demonstraram melhorias no vocabulário e na oralidade. Esse resultado reforça o potencial do método em integrar o ensino lúdico ao desenvolvimento de competências fundamentais.

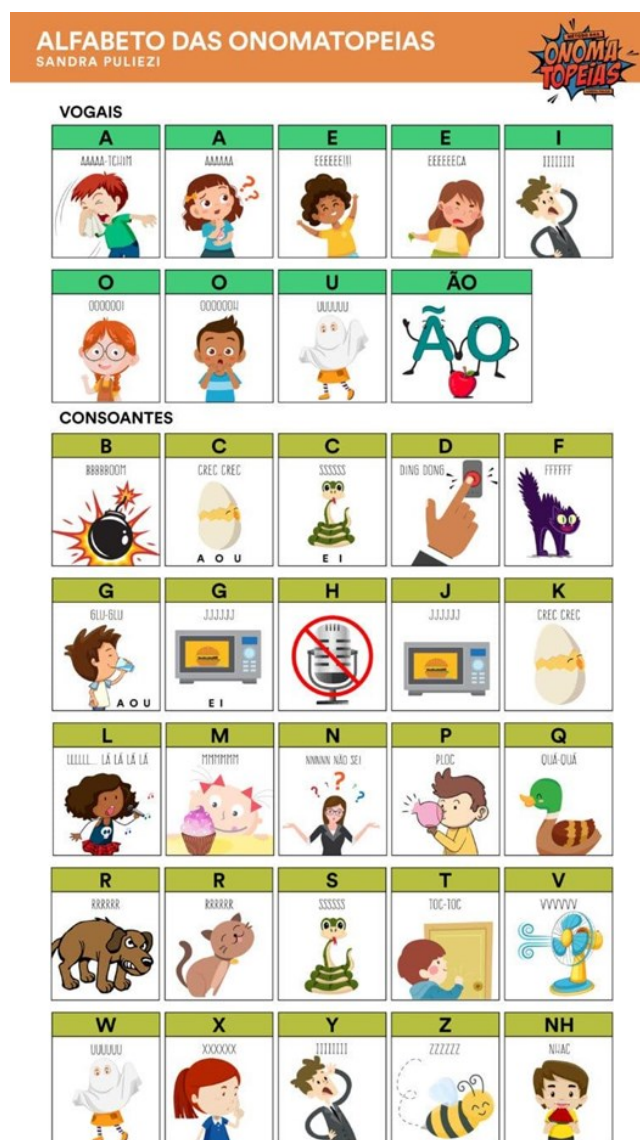
Embora muitos estudos tenham focado em crianças típicas, há evidências de que o método também é aplicável em contextos de inclusão. Pesquisas como as de Cardoso, Michalick e Pollo (2006) indicam que crianças com Síndrome de Down assimilam melhor o vínculo entre letras e sons quando expostas a recursos multisensoriais. Da mesma forma, Pedroso, Sandes e Oliveira (2024) destacam que o uso de ferramentas como Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) complementa as estratégias fonológicas, alinhando-se aos princípios do método das onomatopeias.

Outro ponto importante é a acessibilidade do método. A Dra. Sandra Puliezi disponibiliza materiais gratuitos e cursos acessíveis em plataformas como o canal Instituto Ler+ no YouTube, que contém vídeos e músicas que ajudam a tornar o aprendizado mais divertido para as crianças. Além disso, multiplicadoras como as neuropsicopedagogas e alfabetizadoras Lorena Lima e Nádia disponibilizam atividades inspiradas na metodologia por meio de redes sociais, proporcionando aos professores ferramentas práticas e eficazes para aplicação em sala de aula.

Ao serem introduzidas às onomatopeias, mesmo em crianças com Síndrome de Down (T21) que antes demonstravam pouco interesse no aprendizado das letras começaram a reconhecer sons, formar sílabas e até palavras. O caráter lúdico e interativo do método desperta o interesse e transforma a aula em um momento mais prazeroso, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento.

Figura 1³ - Alfabeto das onomatopeias, desenvolvido pela pedagoga Sandra Puliezi.

Ilustração do método das onomatopeias, que associa sons característicos (onomatopeias) às letras do alfabeto, como forma de facilitar o aprendizado da consciência fonológica em crianças.



³ Figura 1 – Quadro de onomatopeias utilizado no processo de alfabetização.

Fonte: COSTA LESTE NEWS. Método das onomatopeias: pedagoga cria metodologia que facilita a alfabetização de crianças. Disponível em: <https://costalesteneews.com.br/metodo-das-onomatopeias-pedagoga-cria-metodologia-que-facilita-a-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Perspectiva sobre o método das onomatopeias na inclusão

O método das onomatopeias foi criado pela Dra. Sandra Puliezi com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos sons das letras por meio de associações lúdicas a figuras que representam os fonemas. A pesquisadora, que começou a desenvolver essa metodologia em 2013, buscou resolver uma dificuldade comum enfrentada por professores e crianças na aquisição do som das letras. De acordo com Puliezi, estudos indicam que a associação de informações a figuras interessantes auxilia tanto crianças quanto adultos a aprender de maneira mais rápida e eficaz. Assim, ela criou representações visuais específicas para cada som do alfabeto, como o som "ã" que é representado por uma menininha pensando, e o som do "m" inicialmente associado ao som do yoga e, posteriormente, a menina olhando as gostosuras e foi criando uma figura para cada letra do alfabeto para que facilitasse para as crianças (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Embora a autora não tenha utilizado diretamente o método com crianças com síndrome de Down, relatos de outros profissionais mostram resultados expressivos. Um caso mencionado é o de uma psicopedagoga que, utilizando o método, conseguiu alfabetizar uma jovem de 18 anos com síndrome de Down, que antes era considerada incapaz de aprender a ler. Após um mês de intervenção, a estudante começou a formar palavras simples, alcançando a leitura de textos em oito meses. Além disso, Puliezi aponta que o método tem se mostrado eficaz em contextos de autismo e deficiência intelectual, favorecendo tanto a aprendizagem da linguagem escrita quanto o desenvolvimento da oralidade. Em casos de autistas não-verbais, por exemplo, o método tem incentivado a imitação de sons representados pelas figuras, contribuindo para o surgimento da fala (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Apesar dos resultados promissores, a implementação do método enfrenta desafios no Brasil. Segundo Puliezi, há uma resistência no sistema educacional ao ensino explícito dos sons das letras, predominando métodos que valorizam a aprendizagem implícita. No entanto, ela destaca que o ensino explícito e sistemático é essencial para a alfabetização, e o método das onomatopeias pode ser utilizado como um recurso dentro de uma instrução fônica ampla. Para facilitar o acesso ao material, a autora disponibiliza vídeos e materiais gratuitos em plataformas online, permitindo que professores e famílias o utilizem, especialmente em contextos de baixa renda (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Essa abordagem demonstra que métodos inovadores e acessíveis podem contribuir significativamente para a alfabetização de crianças com necessidades específicas, promovendo sua inclusão, desenvolvimento acadêmico e social de todos os estudantes.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a aplicabilidade da alfabetização fônica e o método das onomatopeias na alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21), explorando sua eficácia no desenvolvimento da consciência fonológica e suas implicações na inclusão escolar. A pesquisa buscou responder se estratégias que utilizam recursos

multisensoriais, como sons, imagens e, especialmente, onomatopeias, podem acelerar e tornar o processo de alfabetização mais eficiente e lúdico para esse público.

Ao longo do estudo, verificou-se que o método das onomatopeias, idealizado pela Dra. Sandra Puliezi, apresenta um grande potencial para promover o vínculo entre letras e sons. Estudos apresentados mostraram que crianças com Síndrome de Down T21 podem se beneficiar dessa abordagem devido à ênfase na ludicidade e na integração de estímulos visuais e auditivos. A pesquisa também destacou que, embora o aprendizado das crianças com Síndrome de Down T21 seja mais lento, a forma como aprendem não difere significativamente, sendo o uso de estratégias específicas um fator essencial para o sucesso acadêmico.

Os resultados sugerem que o método pode ser adaptado para contextos de ensino inclusivo, oferecendo recursos acessíveis e de baixo custo, como vídeos e materiais didáticos, que ampliam sua aplicação em diversas realidades educacionais. Apesar disso, há uma grande falta de pesquisas experimentais e específicas com crianças com Síndrome de Down T21, o que evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados que incluam observações práticas e acompanhamento dessas crianças por períodos mais longos.

Portanto, conclui-se que o método das onomatopeias é uma ferramenta promissora para o ensino de leitura e escrita em crianças com necessidades específicas, mas sua efetividade plena demanda estudos futuros. Esses estudos poderiam explorar aspectos como a adaptação do método em diferentes faixas etárias, a combinação com outras estratégias pedagógicas e seu impacto em outras áreas do desenvolvimento acadêmico e social.

Com base nas análises realizadas, a pesquisa alcançou seus objetivos ao demonstrar a relevância do método das onomatopeias e apontar caminhos para futuras investigações no campo da alfabetização inclusiva.

Referências

ALMEIDA, Daiane Rodrigues de; BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; MARTINS, Rosemari Lorenz. Alfabetização e síndrome de Down nas pesquisas brasileiras | Literacy and Down syndrome in brazilian researches. Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], v. 25, p. 1–13, 2020. DOI: 10.24220/2318-0870v25e2020a4910. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/4910>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ALVES, Sara Poltosi. LUDICIDADE E TECNOLOGIAS NA ALFABETIZAÇÃO: UMA METODOLOGIA PARA O ENSINO HÍBRIDO. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26813/DIS_PPGPGE_2022_ALVES_SARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 nov. 2024.

AZEVEDO, C. C. DE.; PINTO, C. S.; GUERRA, L. B. O desenvolvimento da consciência

fonológica em crianças com Síndrome de Down pode facilitar a alfabetização e contribuir para a inclusão no ensino regular? *Revista CEFAC*, v. 14, n. 6, p. 1057–1060, out. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARDOSO-Martins, C.; MICHALICK, M.F.; POLLO, T.C. O papel do conhecimento do nome das letras no início da aprendizagem da leitura: evidência de indivíduos com síndrome de Down. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p. 53-59, 2006.

COSTA LESTE NEWS. Método das onomatopeias: pedagoga cria metodologia que facilita a alfabetização de crianças. Disponível em: <https://costalesteneews.com.br/metodo-das-onomatopeias-pedagoga-cria-metodologia-que-facilita-a-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FEISTAUER, Cláudia Madalena. O letramento na síndrome de Down: o papel da família e da escola. 2014. 127 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Lidiane Santos. Inclusão e alfabetização das crianças com síndrome de Down. *Revista Mais Educação*, v. 6, n. 10, dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv6-n10-dezembro-2023/4>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. Alfabetização - Método Sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Jéssica Ketlen Soares de. A literatura infantil no processo de alfabetização de uma turma da educação infantil. 2022. 57 f. — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49762>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PEDROSO, Cristiano; DANTAS NUNES SANDES, Rose; BIAZOLI DE OLIVEIRA, Bruna. ALFABETIZAÇÃO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Epistemologia e Práxis Educativa - EPeduc*, [S. l.], v. 7, n. 02, p. 1–13, 2024. DOI: 10.26694/epeduc.v7i02.5830. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/5830>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SOUSA, Keslen Mateus Bento de. A prática de alfabetização na pandemia Covid-19: o que dizem as professoras. *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 302–309, 2023. DOI: 10.30681/rep.v14i2.11455. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/11455>. Acesso em: 14 nov. 2024.

A voz da mestra Severina Lopes: narrativa e preservação do Samba de Coco em Arcoverde

La voz de la maestra Severina Lopes: narrativa y conservación de la Samba de Coco en Arcoverde

Gomes, Giliane Cordeiro¹

Araújo, Patricia Rodrigues Brandão¹

Lima, Ênio Felipe Pereira¹

Resumo

A pesquisa discorre sobre a história, as transformações culturais e o protagonismo da Mestra Severina Lopes no contexto do Samba de Coco. Objetiva-se compreender as experiências vividas pela Mestra, destacando a interseção entre histórias de vida e o fazer artístico, bem como a defesa do espaço da mulher nas rodas de samba. Os percursos metodológicos da investigação fundamentam-se na pesquisa narrativa, entendida como uma abordagem teórico-metodológica que valoriza a experiência vivida. O estudo também dialoga com o documentário Mulheres da Roda do Samba de Coco Arcoverdense, no qual Severina Lopes apresenta sua trajetória e arte, além de reafirmar o protagonismo feminino na cultura popular. Ao relacionar a prática narrativa com teorias da memória cultural e da interação social na arte, compreende-se a correlação entre as práticas discursivas e as dinâmicas de preservação cultural e construção de identidades. A pesquisa evidencia como as narrativas da Mestra contribuem para a preservação e revitalização do Samba de Coco, reforçando sua relevância para a memória e identidade cultural de Arcoverde-PE.

Palavras chaves: Samba de coco; Preservação cultural; Pesquisa narrativa.

Resumen

La investigación analiza la historia, las transformaciones culturales y el papel protagónico de la Maestra Severina Lopes en el contexto de la Samba de Coco. El objetivo es comprender las experiencias vividas por el Maestro, destacando la intersección entre historias de vida y obra artística, así como la defensa del espacio de las mujeres en los círculos de samba. Los caminos metodológicos de la investigación se basan en la investigación narrativa, entendida como un enfoque

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco

teórico-metodológico que valora la experiencia vivida. El estudio también dialoga con el documental *Mulheres da Roda do Samba de Coco Arcoverdense*, en el que Severina Lopes presenta su trayectoria y arte, además de reafirmar el protagonismo femenino en la cultura popular. Al relacionar la práctica narrativa con las teorías de la memoria cultural y la interacción social en el arte, se comprende la correlación entre las prácticas discursivas y las dinámicas de preservación cultural y construcción de identidad. La investigación destaca cómo las narrativas del Maestro contribuyen a la preservación y revitalización de la Samba de Coco, reforzando su relevancia para la memoria y la identidad cultural de Arcoverde-PE.

Palabras llabe: Samba de coco; Preservación cultural; Investigación narrativa.

Introdução

O Samba de Coco se constitui como uma dança conhecida em todo o Norte e Nordeste do Brasil. Pesquisadores como, por exemplo, Rosa Sobrinho (2006) afirma que ela nasceu nos engenhos, vindo depois para o litoral; outros como Pessoa (2011) dizem que foi criado por quilombolas de Palmares - PE. Segundo este autor o povo negro foi o responsável pela sua criação. Acompanhava a jornada das pessoas escravizadas na colheita dos frutos dos coqueirais, dando ao trabalho uma cadência rítmica. Do canto de trabalho, foi incorporado ao lazer e às festividades diversas, passando a ser dançado, também, nos salões aristocráticos do Brasil colonial. A maioria dos folcloristas concorda, no entanto, que o Coco teve origem no canto dos tiradores de coco, e que só depois se transformou em ritmo dançado (Sobrinho, 2006).

Há controvérsias, também, sobre qual o estado nordestino onde teria surgido, contudo não há, até o momento, nenhuma pesquisa que confirme esse fato, uma vez que o Coco é historicamente encontrado em Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (Ayala,1999).

Segundo Rosa Sobrinho (2006) a manifestação cultural do coco é uma das mais importantes expressões da cultura popular tradicional de Pernambuco. Durante o ano inteiro sob o comando de cantadores e das cantadoras acompanhados(as) pelo terno de zabumba, pandeiro, cuíca e de ganzá, reúnem-se em rodas um grande contingente de pessoas que comparecem para cantar e dançar. As rodas de coco constituem um evento que se traduz num grande festejo nas comunidades onde ocorre, sobretudo para os grupos portadores dessa tradição. Envolvendo além de práticas musicais, um conjunto de tantos outros rituais sociais e culturais representativos do universo das pessoas que aí fazem parte.

Segundo Cascudo (1972, p. 274), "o coco representa a fusão mais harmoniosa entre a musicalidade cabocla e a negra". Em suma, compreende-se que é uma

manifestação cultural afrodescendente que envolve o canto, a dança e a percussão, assim como, também é a forma poético-musical das manifestações artísticas principalmente rurais, que se expressam talvez mais intensamente que qualquer outro gênero popular.

É uma brincadeira de roda que envolve percussão, canto e dança. O canto é marcado pela característica de pergunta e resposta, no qual o(a) puxador(a) canta uma parte e o restante das pessoas – chamados brincantes³ - respondem. Segundo Lima (2018), pensar a brincadeira significa pensar numa manifestação de adultos que abrem espaço para as crianças também participarem, onde se utiliza elementos artísticos, como música, canções, letras, canto e dança, para seu próprio existir, o que a converte em arte. Entretanto, não apenas esses elementos caracterizam a expressão artística: a criação, a repetição e o uso contribuem para um processo interativo que a torna ação coletiva.

Os sentidos sobre o que se chama brincadeira de adultos ou brincantes, se apoiam em Gadamer (1985), quando ele afirma que “tradição não quer dizer certamente mera conservação, mas transmissão. A transmissão, porém, inclui que não se deixe nada imutável e meramente conservado, mas que se aprenda a dizer e captar o velho de modo novo” (Gadamer, 1985, p.74). Como o Samba de Coco não ocorre, senão em espaços de festa, será, portanto, compreendido como arte, como sugere Gadamer (1985), tomando-o como o lugar em que todos(as) se encontram para se expressarem por meio da arte das canções e danças.

Outrossim, é preciso destacar que nesses folguedos, quando o(a) personagem negro(a) fala, mostra criatividade e competência artística: não em artes elitizadas, mas na poesia de improvisação, na música, dança e outras formas dependentes de recursos materiais. A “brincadeira” tanto protesta quanto reforça a hierarquia rural local. O folgado é, conforme afirma Souza (2020), um veículo de comunicação rural, trazendo uma crítica social relacionada à exploração econômica e trabalhista, contando a história sobre as relações sociais de vários níveis (de dominação, de gênero, de etnias).

Diante disso, ressalta-se a experiência vivida por uma das protagonistas envolvidas nessa manifestação, na tentativa de compreender permanências e transformações culturais, assim como as narrativas de empoderamento que compõe a história da Mestra Severina Lopes, tendo em vista que as narrativas das histórias de vida e do fazer artístico entrecruzam-se em sua experiência. É possível conhecer o Samba de Coco, a Mestra Severina Lopes e outras mulheres inseridas no movimento cultural da sambada em Arcoverde-PE, através do documentário “Mulheres da Roda do Samba de Coco Arcoverdense” dirigido por Lopes (2021). A

³ Termo adotado por folcloristas em designação do participante de folgado popular, a partir da expressão ‘brincadeira’, utilizada em identificação da festa em seu caráter profano” (LIMA, 2018, p. 34).

Mestra Severina Lopes inicia o documentário convidando a todos para um cafezinho, mostrando sua casa, sua história, sua arte doada à Cultura Popular, assim como à defesa do espaço da mulher nas rodas de Samba de Coco. Assim ela se apresenta:

Eu sou a Mestra Severina Lopes da Silva, mestra do Samba de Coco das Irmãs Lopes. Tenho muito prazer em ter esse nome. Quero agradecer de todo meu coração a Deus primeiramente, e a vocês que estão aqui presente me assistindo e todos... Olha Arcoverde... Foi de onde eu nasci em 1934 em Rio Branco, sou filha legítima de Rio Branco, mas só que me batizei em Arcoverde quando aqui era chamada Arcoverde, eu não era batizada, minha mãe me batizou ali na igreja do Livramento. E hoje eu tô com 86 ano... (Lopes, 2021).

Este documentário constitui-se como um caminho de aproximação com as narrativas da Mestra Severina Lopes, assim como de outras mulheres integrantes e lideranças de diferentes grupos de Samba de Coco. A fala da Mestra Severina Lopes demonstra que o Samba de Coco não é apenas uma prática performática, mas um espaço de continuidade histórica e memória cultural, onde as práticas indissociáveis são preservadas como mecanismos de transmissão intergeracional. Mestra Severina Lopes reflete como o Samba de Coco não apenas se apresenta como uma expressão artística, mas também como um mecanismo de construção e preservação da memória coletiva. A continuidade do Samba de Coco é garantida pela manutenção de práticas consideradas essenciais, que carregam em si as marcas do passado e das experiências ancestrais. Abaixo é possível conhecer a Mestra Severina através de fotografia realizada no decorrer desta pesquisa.

Figura 1 - Mestra Severina Lopes a esquerda e uma das autoras.



Fonte: Fonte própria, produzida a partir de encontro vivenciado no dia 02 de dezembro de 2021, tendo em vista a realização de entrevista narrativa.

Portanto, através dessa pesquisa busca-se, principalmente, reconhecer a produção cultural de pessoas que promovem a circulação de conhecimento, a partir de saberes gerados no interior das comunidades que interagem por sua vez com outros saberes e práticas. Contribuindo, assim, para o debate feminista e para a visibilização das experiências culturais e sociais das cantadoras de Samba de Coco situadas no município de Arcoverde – PE, localizado a 252 km da Capital Recife, e sendo conhecidamente nomeada como a cidade do Samba do Coco.

Esta pesquisa também se justifica a partir do propósito de apresentar algumas considerações teóricas sobre a pesquisa narrativa com a intenção de propagar este tipo de investigação para as discussões em torno da Cultura Popular, especificamente, nos debates acerca da presença das mulheres nas rodas de samba de coco.

Percursos metodológicos

Para condução da pesquisa optou-se pelo modelo de pesquisa narrativa, compreendida como uma abordagem teórico metodológica de investigação, conversa com a fenomenologia existencial, uma vez que busca a compreensão da experiência vivida do ser. Para Benjamin (1994), a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, uma vez que esta é uma forma de pesquisa que permite ao pesquisador mergulhar nas vivências do ser e co-produzir narrativas. Porteli (2010), traz a importância da relação entre quem narra e quem ouve, ressaltando uma relação de respeito e empatia, uma vez que as histórias são direcionadas a um ouvinte em particular, cabendo ao ouvinte ser continente para o acolher e abarcar, por um momento participar, da história do(a) Outro(a).

A pesquisa foi realizada mediante aprovação do projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (ASCES), com o número de protocolo: (CAAE 17876619.0.0000.5203).

A produção da entrevista narrativa ocorre por meio da estimulação para que os narradores sintam-se acolhidos para narrar suas experiências de vida. Para isso foi pensando na criação de um ambiente estimulador e acolhedor para a realização das entrevistas entre a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e a partilha de lanches (Certeaus, 1998). Sendo a entrevista narrativa um processo interativo, na qual se deve propor um diálogo aberto, o entrevistador deve buscar formas de estimular a fala, fazendo o uso da pergunta disparadora, que deve ser elaborada a fim de ser expressa de forma mais clara e ampla possível, para que não interfira na resposta do entrevistado, procurando evitar conceituações teóricas, para que assim possa ser compreendida pelo entrevistado, uma vez que, esta pergunta pode sofrer alterações e adaptar-se ao entrevistado (Gubrium; Holstein,

2009).

Desta forma, foi construído um roteiro para a realização da entrevista no modelo de perguntas abertas, como um meio de permitir à Mestra Severina Lopes se sentir livre para narrar suas histórias. A pergunta disparadora da narrativa foi pensada da seguinte forma: A senhora poderia nos contar a sua história com o Samba de Coco? A partir deste questionamento sugeriram as seguintes perguntas exmanentes: 1. Quando a senhora começou a se reconhecer como uma artista da cultura popular?; 2. Como foi para a senhora passar a ser chamada como Mestra do Samba de Coco?; 3. A experiência de uma mulher no Samba de Coco é diferente da experiência de um homem?; 4. O samba de Coco influenciou na sua experiência como mulher?

A entrevista ocorreu in lócus, permitindo que a entrevistadora conhecesse um pouco do lar da Mestra Severina Lopes, que também se constitui no Museu Ivo Lopes. Não sendo este apenas um lugar onde se guarda relíquias, mas muito mais que isso, já que o museu ao longo do tempo vem sendo transformado em uma instituição social, com atuação junto ao desenvolvimento individual e coletivo.

Os museus passaram também a reconhecer que, além das funções de preservar, conservar, expor e pesquisar são instituições ao serviço da sociedade e procuram através das ações educativas tornarem-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades (Souza, 2020, p. 42).

O Museu Ivo Lopes⁴ foi criado no município de Arcoverde – PE, no ano de 2002, pela Mestra Severina Lopes. No museu se encontra informações, objetos, fotografias, depoimentos e histórias sobre a origem do Coco em Arcoverde a partir da família Lopes, como também informações sobre a cidade desde 1916. O museu fica localizado na rua principal do bairro da Cohab I em Arcoverde, e encontra-se aberto à visitação de forma gratuita. O nome do acervo foi dado como forma de homenagem ao grande mestre do Samba de Coco de Arcoverde, chamado - Ivo Lopes -, irmão da mestra Severina Lopes. Parte do acervo é possível de encontrar disponível online, como é o caso da imagem abaixo.

⁴O Museu Ivo Lopes foi apresentado pela Mestra Severina Lopes em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HjpaTZmQztI>.

Figura 2 - Imagem da entrada do Museu Ivo Lopes em Arcoverde – PE.



Fonte: <http://museuivolopes.blogspot.com/>

Os museus desempenham um papel central na construção da memória coletiva ao preservar, interpretar e compartilhar histórias, objetos e práticas culturais que refletem a identidade de uma comunidade ou sociedade. De acordo com Halbwachs (2006), a memória coletiva é socialmente construída e estruturada em torno das relações e contextos do grupo, o que confere aos museus a função de mediadores entre o passado e o presente. Esses espaços de memória organizam narrativas culturais, promovendo reflexões que conectam indivíduos a uma herança comum, permitindo a ressignificação de memórias individuais no contexto de um coletivo maior. Essa dinâmica dialoga diretamente com a pesquisa narrativa, que, segundo Riessman (2008), busca revelar conexões entre experiências pessoais e estruturas sociais por meio do relato de histórias. Assim como os museus organizam coleções para transmitir significados e estimular o senso de pertencimento, a pesquisa narrativa estrutura os relatos individuais para evidenciar as intersecções entre memórias pessoais e coletivas. Dessa forma, ambos colaboram na valorização e transmissão de identidades culturais, promovendo um entendimento mais profundo da diversidade de experiências humanas.

Para a análise das narrativas produzidas fora utilizado o livro de Reissman (2008), intitulado “Narrative methods for *the Human Sciences*”. Conforme elucidado pela autora a análise de dados narrativos se constituem baseados no tema, na estrutura e na dialogia, para a compreensão dos temas que emergiram durante a produção narrativa.

A análise temática tem seu início no processo de transcrição das entrevistas, para isso Gibbs (2009), recomenda que devemos ler e reler várias vezes a transcrição das entrevistas, buscando nelas ideias temáticas que expressem sua experiência. Para Reissman (2008) o foco da análise temática é o conteúdo, o que é dito durante a narrativa, para isso deve-se trabalhar com as narrativas separadamente, destacando os pontos importantes de interesse do eixo temático criado.

A análise estrutural das narrativas, segundo Gibbs (2009), explicita três tipos de fala utilizados durante a narrativa, a fala retórica, usada como forma de persuadir o ouvinte; a metáfora, que se utiliza de imagens mentais para a construção da retórica; e as explicações, usadas para justificar e descrever suas experiências narradas. A análise estrutural das narrativas consiste na produção de uma história, que para isso deverá contemplar elementos narrativos, tais como: resumo, a orientação, a ação complicadora, a avaliação, a solução e a coda (Gibbs, 2008; Riessman, 2008).

A análise dialógica ou performática, conforme explana Reissman (2008), é uma abordagem interpretativa da narrativa oral. Esta categoria de análise questiona a produção narrativa entre o ouvinte e o(a) narrador(a), compreendendo que as histórias compartilhadas são endereçadas particularmente a quem as ouve, numa relação dialógica, em que o ouvinte-passageiro implica na produção do narrador de sua história. Sendo assim, a análise dialógica necessita também de uma leitura dos contextos, circunstâncias sociais e a influência que o(a) ouvinte exerce durante a produção dessas narrativas. Observa-se também, segundo Reissman (2008) as estruturas narrativas específicas, que são: o ventriloquismo, o discurso direto e a interlocução.

As narrativas e fotografias da mestra Severina Lopes com o Samba de Coco

A narrativa oral e fotográfica desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão dos saberes dos(as) mestres(as) da cultura popular. No contexto do Samba de Coco, essas narrativas são essenciais não apenas para a continuidade das tradições, mas também para a construção de uma interação social que conecta a comunidade à sua herança cultural. No caso específico do Samba de Coco, os(as) mestres e mestras assumem o papel de guardiões e transmissores de saberes. Suas histórias e performances não apenas preservam a memória de uma prática cultural, mas também criam espaços de interação social, onde a arte é vivenciada como uma experiência coletiva. A fotografia, por sua vez, potencializa essas narrativas, ao capturar momentos emblemáticos que reforçam a ligação entre o indivíduo, o grupo e a tradição. Conforme Barthes (1984), a fotografia atua como um "testemunho" visual que não apenas registra, mas também evoca sentimentos e sentidos, contribuindo para a materialização da memória cultural.

No entanto, é na amplificação das vozes femininas que essas narrativas ganham uma dimensão transformadora. Mestras como Severina Lopes utilizam tanto a oralidade quanto as imagens para reivindicar espaços de protagonismo feminino no Samba de Coco, rompendo com padrões históricos de exclusão. Como destaca Hooks (2019), o empoderamento feminino se dá na medida em que as mulheres res-

significam suas experiências e constroem narrativas que desafiam as estruturas de poder. A atuação de mestras no Samba de Coco exemplifica essa dinâmica, pois suas histórias de vida e performances artísticas não apenas celebram a tradição, mas também evidenciam a força e a liderança das mulheres na cultura popular.

Além disso, a interação entre narrativa oral e fotográfica fortalece o senso de identidade coletiva e promove a valorização da arte como um instrumento de transformação social. Portelli (2010) aponta que as narrativas de vida criam uma conexão íntima entre quem narra e quem ouve, sendo esse vínculo essencial para a compreensão e perpetuação das tradições culturais. Quando associadas à fotografia, essas histórias alcançam uma dimensão ainda mais ampla, envolvendo diferentes gerações e ampliando o alcance da memória cultural. Na fotografia abaixo, escolhida pela Mestra Severina Lopes para compor essa pesquisa, é possível vê-la com um de seus figurinos para apresentação.

Figura 3 - Mestra Severina Lopes vestida para uma de suas apresentações.



Fonte: Acervo pessoal de C*zar Audiovisual

Severina Lopes da Silva, conhecida popularmente por Mestra Severina Lopes, artista com 87 anos. Nasceu em Arcoverde na data de 06 de novembro de 1934. Seu processo de alfabetização foi incompleto estudando apenas até a segunda série. Sua família são os precursores do ritmo do Coco em Arcoverde, chegaram à cidade no ano de 1916 quando o local ainda era chamado de Olho D'água dos Bredos. Ao se instalarem na cidade, trouxeram consigo a tradição que já desenvolviam no distrito de Correntes, localizada em Garanhuns – PE. A Mestra relata que: “Desde os 10 anos já tinha autorização de seus pais para participar da roda de coco com os adultos, e aos 15 anos assume a liderança do grupo de sua família, junto com seu Irmão “Ivo Lopes” que na época tinha 18 anos” (Ivo Lopes de Lima nasceu em 31 de maio de 1931).

Halbwachs (2006) defende que a memória coletiva é sustentada por práticas

sociais e culturais que conectam o indivíduo ao grupo. A fala da Mestra é uma manifestação explícita dessa memória, ao trazer referências históricas, como o curso de Mestre em Recife e os encontros com grupos culturais e políticos. Sua fala também reafirma a centralidade da família Lopes na continuidade do Samba de Coco, situando essa tradição como um patrimônio cultural vivo.

Figura 4 - Registro da Caravana do Ivo na década de 70 em Arcoverde – PE.



Fonte: Acervo pessoal de Amanda Lopes

Juntos, Ivo Lopes e a Severina Lopes, percorriam o Nordeste com uma formação musical chamada de “A Caravana do Ivo”. O mestre Ivo faleceu em 1986. Após este acontecimento a mestra fez parcerias com outros artistas locais e montaram juntos o Coco Raízes de Arcoverde. Sobre este percurso e sua consolidação como a Mestra Severina Lopes ela diz o seguinte:

Mais ou menos, faz bem uns 10 anos né Amanda, quando a gente já procurou a fazer, a ser um artista mesmo, virei artista, virei, fui conhecida, eu fui conhecida pelo povo de fora, fui à Brasília, já fiz uma grande amizade lá com aquele grupo, aquele povo, em Recife com os governadores e me tornei uma artista que fiz curso, lá em Recife, eu fiz o curso de Mestre né? Foi maravilhoso esse curso, que eu tinha que ir pra Brasília, mas tinha que fazer esse curso, pra passar como Mestra né? Então eu levei esse nome de Mestra lá no Recife, no dia que eu fiz essa reunião, em 2006, passei, fiz o curso lá em Recife. Dona Maria Amélia, Suete, foi quem me levaram pra Recife, lá fiz esse curso, passei, o pessoal lá me ajudaram na palma e fui à Brasília, hoje você viram essa foto ai, eu me mostrando lá muito feliz, muito querida e fiquei ai, hoje tô ai. Virei uma artista e eu sou feliz por isso, porque a minha amizade é com todo mundo, agora sempre tem alguém que pula a cerca, mas eu não pulo, sou assim séria, eu sou ali, fico ali com meus amigos e espero que eles todo me entenda, que a verdade eu estou falando, não tô falando de ninguém, só a minha história certa, e tô aqui para dar minha história verdadeira, coco verdadeiro de Arcoverde é da família Lopes ou está no nome das Irmãs Lopes, porque foi o nome que agente escolheu, mas eu tô aqui pra ir pra qualquer um, pra dar história, vem muitas pessoas. Tem muito turista que vem aqui de todo

canto, São Paulo, Rio de Janeiro, vem até de Brasília, vem tudo pra aqui pra minha casa, mas como essa epidemia chegou, foi cortado muita coisa, mas isso aqui era cheio de ônibus e de carro. Mas agora há pouco veio já, os ônibus já tão começando a chegar. E eu tô feliz, muito feliz (Mestra Severina Lopes).

Segundo Benjamin (1994), a narrativa é uma forma de transmissão de experiências que carrega autenticidade e singularidade. A fala da Mestra evidencia como ela constrói sua identidade artística e cultural ao relatar sua trajetória, desde o reconhecimento local até a conquista de espaços em âmbito nacional. Ao declarar "virei artista e eu sou feliz por isso", a Mestra reafirma sua posição como protagonista de sua história, utilizando a narrativa para legitimar sua trajetória e sua contribuição ao Samba de Coco. Essa construção da identidade, pautada na memória oral, reflete como a narrativa pessoal contribui para a consolidação de uma identidade coletiva, conectando sua história à do povo de Arcoverde e à tradição cultural do Samba de Coco.

No trecho acima o discurso direto passa a ser o recurso narrativa mais utilizado pela Mestra, característico de quando o narrador cria significado e sentido para as palavras que utiliza. Dentre os aspectos estruturais da narrativa dela o trecho "virei artista e sou feliz por isso" configura como um resumo que traz dialogicamente implícito seu processo social e político de reconhecimento popular de sua mestria.

Os espaços de roda de Coco de Arcoverde são compreendidos como determinantes na composição das identidades dos brincantes. A identidade cultural é construída nesta expressão artístico-cultural como uma forma de ligação de parentesco com os grandes mestres de Coco, por pertencerem àquela comunidade ou bairro em que a brincadeira é bastante popular ou simplesmente pelo sujeito ter um sentimento de pertença a esta manifestação cultural, embora podendo sua origem étnica remeter a outro universo cultural. Como destaca Hall (2000, p.12): esse processo que produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel", com isso compreende-se a narrativa da Mestra Severina Lopes que diz que "ficou conhecida pelo povo de fora".

A Mestra conta que desde muito nova aprendeu a lidar com o preconceito de estar envolvida em uma musicalidade desenvolvida majoritariamente por homens. Mas seu amor pela arte, à fez criar forças infindas. No coco aprendeu a compor "Pés" para as composições do grupo e a tocar um pouco de ganzá. Mas no ano 2000 a mestra junto as suas irmãs Josefa e Leni (falecida), criou o grupo Samba de Coco Irmãs Lopes - o nome se dá como uma homenagem às três irmãs Lopes. O grupo vem ganhando cada vez mais reconhecimento no cenário da música nacional já tendo percorrido vários centros culturais do Brasil entre as cidades de Brasília, Petrolina, Campina Grande, Recife, São Paulo. Neste grupo a Mestra atua fazendo

toda a direção musical. No trecho abaixo ela narra o orgulho que tem em ser chamada de Mestra e a importância desse reconhecimento para uma mulher artista.

Eu me senti muito feliz quando passei a ser chamada de mestra né, porque acho que isso é uma felicidade para todos, quando a gente é apoiada pelo público, num é, que a gente sabe que as pessoas apoiou, que as pessoas foram aquela testemunha, então eu me sinto feliz, eu não me sinto assim, como se diz, orgulhosa não, me sinto feliz e gostaria que todos fossem feliz né, como eu sou graças a Deus, como você sabe né. Eu acho muito, muito bom esse nome, eu honro ele muito tempo e agradeço a quem me colocou nesse império de Mestra Severina, porque uma Mestra mulher é coisa difícil e aqui por enquanto só tem a Mestra Severina né, mas vamos levar que tem outras Mestras por ai, que a gente se junta. Mas eu quero agradecer a Deus e ao público de Arcoverde também, que me dá muita força, num é (Mestra Severina Lopes).

A fala da Mestra destaca o papel da mulher em espaços tradicionalmente masculinos, como a figura de liderança cultural no Samba de Coco. Hooks (2019) destaca que o empoderamento feminino passa pela valorização de experiências individuais e coletivas que desafiam normas de gênero e ocorre quando as mulheres se apropriam de suas narrativas, rompendo barreiras estruturais. A Mestra Severina, ao assumir sua posição como líder cultural e referenciar seu título de “Mestra”, insere-se em um espaço de poder e legitimidade que antes era predominantemente masculino. Reconhece a dificuldade de ser uma mulher em posição de destaque, quando menciona “uma Mestra mulher é coisa difícil”, ao mesmo tempo em que celebra sua conquista, mostrando como sua trajetória representa um avanço na inclusão feminina na cultura popular. Assim, reafirma a importância de ocupar espaços que antes eram negados às mulheres, transformando sua posição em um símbolo de inspiração e luta por maior representatividade no campo artístico e cultural.

Sua fala também evidencia a capacidade de construir redes e conexões, como em Brasília e Recife, para promover sua arte e consolidar sua presença. Sua trajetória pode ser lida como um exemplo de empoderamento feminino, onde a ocupação de espaços culturais e políticos não apenas legitima sua atuação, mas também inspira outras mulheres a reivindicarem seus lugares no campo da cultura popular.

Vale destacar, através do pensamento de Goffman (1985) quando afirma que os indivíduos constroem suas identidades em interação com o público. A Mestra Severina demonstra que seu título não é apenas um reconhecimento individual, mas também um reflexo do apoio coletivo ao mencionar: “quando a gente é apoiada pelo público”. Sua felicidade está enraizada na aceitação e no testemunho das pessoas ao seu redor, destacando o papel do reconhecimento social na consolidação de sua identidade como líder cultural. Ela utiliza sua narrativa para construir e reforçar sua

identidade cultural, situando-se como protagonista de sua história e como representante legítima da tradição do Samba de Coco.

Halbwachs (2006) argumenta que a memória coletiva é fundamental para a construção de pertencimento. A fala da Mestra evidencia como o título de "Mestra" transcende a individualidade, sendo um símbolo de sua contribuição para a memória e a cultura de Arcoverde. Ao honrar o título que recebeu e atribuí-lo ao reconhecimento do público, ela conecta sua história pessoal ao legado coletivo da tradição do Samba de Coco. A Mestra posiciona sua trajetória como parte da história cultural de sua comunidade, fortalecendo a memória coletiva ao valorizar a continuidade dessa tradição.

Figura 5 - Mestra Severina Lopes cantando com a neta Amanda Lopes ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo Ramos

A Mestra, ao compartilhar suas histórias, técnicas e valores, assegura que as futuras gerações compreendam a profundidade histórica e social do Samba de Coco, integrando-se a essa tradição com um senso de pertencimento e responsabilidade. Sua casa, frequentemente visitada por turistas, pesquisadores e jovens artistas, se transforma em um espaço vivo de aprendizado e troca cultural. Além disso, a liderança de Severina Lopes enquanto mulher reforça a representatividade feminina no campo da cultura popular. Como destaca Hooks (2019), mulheres que ocupam posições de liderança em espaços tradicionalmente masculinos criam possibilidades de empoderamento coletivo. Ao assumir o título de "Mestra", Severina não apenas desafia estruturas de poder, mas também se torna modelo para outras mulheres que desejam ingressar e se destacar no cenário cultural.

Abaixo tem-se a Tabela 1 com algumas de suas homenagens e premiações recebidas:

Tabela 1 - Homenagens e premiações

ANO	PREMIAÇÃO
2019	Homenageadas no prêmio da música de Pernambuco.
2016	Homenageada do São João de Arcoverde
2013	Premiadas no edital da cultura popular do Ministério da Cultura (MinC)
2012	Homenageada no 3º FETEARC (Festival de teatro estudantil de Arcoverde)

Fonte: Fonte própria, produzida a partir de encontro vivenciado no dia 02 de dezembro de 2021, tendo em vista a realização de entrevista narrativa.

A Mestre Severina Lopes também tem participações em peças fonográficas, conforme a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Peças fonográficas

ANO	PREMIAÇÃO
2018	Cd Meus Canário Cantadô do Samba de Coco Irmãs Lopes
2014	Cd Anda a Roda do Samba de Coco Irmãs Lopes.
2009	Coletânea “Meu Machado Cortador Coco Maracajá e Convidados”.
2006	Cd “Vou Cortar Capim” do Samba de Coco Irmãs Lopes
2005	Coletânea “Responde á Roda” (“interpretando da canção Ó Baiana” na faixa 3 do cd de Pernambuco)
1998	Coletânea “Pernambuco em concerto” com o Coco Raízes de Arcoverde

Fonte: Fonte própria, produzida a partir de encontro vivenciado no dia 02 de dezembro de 2021, tendo em vista a realização de entrevista narrativa.

Amanda Lopes, neta da Mestra Severina Lopes também disponibilizou acesso ao seu acervo fotográfico. Tendo em vista que a fotografia é um meio de informação sobre o mundo e a vida, funciona nas nossas mentes como uma espécie de passado preservado, onde a cena é congelada, se tornando lembranças de um momento carregado de conteúdos simbólicos significativos momentos vividos que não voltará, ficará apenas registrado na memória ou em forma impressa para a posteridade (Samain, 1998):

O aparente da vida registrado na imagem fotográfica pode assim, de quando em quando, deixar de ser unicamente a referência e reassumir a sua condição anterior de existência. O princípio de uma viagem no tempo em que a história particular de cada um é restaurada e revivida na solidão da mente e dos sentimentos. São em geral viagens de curta duração e de marcada emoção; muitas vezes, nos flagramos nessas viagens imaginárias (Samain, 1998, p. 45).

Figura 6 - A esquerda a Mestra Severina Lopes, no meio o Mestre Assis Calixto e a direita o Mestre Lula Calixto. Sentadas estão três pessoas, sendo uma não identificada e outras duas professoras chamadas Marcia Moura e Maíra Moura.



Fonte: Acervo pessoal de Amanda Lopes

As fontes audiovisuais, utilizadas nesta pesquisa não foram tomadas como reflexos e testemunhas diretos ou objetivos da história das práticas culturais dos coquistas de Arcoverde-PE. A questão foi perceber como destaca Napolitano (2011, p.235) “as fontes fotográficas, audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de códigos internos”. Por isso, foram analisados o tipo de linguagem e as mensagens que eram veiculadas pelas canções produzidas, a indumentária e os instrumentos musicais que representavam a realidade histórica da brincadeira. Foi necessário, portanto,

perguntar ao documento, rejeitando a máxima dos positivistas de que o documento é uma verdade absoluta, que não pode ser questionado.

Imagens e canções apresentam muitas vezes um caráter ambíguo, por isso foi necessário conferir a eles um caráter histórico, no sentido de interpretar suas produções sem cometer anacronismo, ou seja, sem atribuir os costumes e valores dos coquistas do tempo presente aos praticantes deste brinquedo cultural.

A memória cultural é um elemento essencial na preservação e transmissão das práticas que consolidam a identidade coletiva de um povo. No caso do Samba de Coco em Arcoverde-PE, a Mestra Severina Lopes surge como uma figura central na manutenção dessa tradição, ao mesmo tempo que reivindica o protagonismo feminino em uma manifestação cultural historicamente marcada por dinâmicas de poder e gênero. Como destaca Halbwachs (2006), a memória coletiva é construída a partir das interações sociais e das narrativas compartilhadas, sendo os indivíduos mediadores desse processo de preservação e ressignificação. A atuação de Severina Lopes insere-se nessa perspectiva, ao conjugar sua vivência pessoal e artística à revitalização do Samba de Coco, reforçando a memória cultural local.

A trajetória da Mestra também se relaciona com a noção de empoderamento feminino, especialmente em contextos culturais onde a participação das mulheres foi tradicionalmente relegada a papéis secundários. Segundo Hooks (2019), o empoderamento feminino ocorre quando as mulheres reconhecem seu valor e potencial, rompendo barreiras estruturais e culturais que limitam sua voz e participação. Nesse sentido, Severina Lopes, ao protagonizar rodas de samba e liderar movimentos culturais, não apenas reafirma o papel da mulher na cultura popular, mas também contribui para a construção de identidades femininas fortalecidas e engajadas na transformação social.

Além disso, sua narrativa, documentada em produções como *Mulheres da Roda do Samba de Coco Arcoverdense* (Lopes, 2021), destaca a conexão entre memória e identidade. Como afirma Portelli (2010), as histórias de vida têm o poder de transformar a percepção do outro, criando espaços de empatia e reconhecimento mútuo. Ao compartilhar sua história e convidar outras mulheres a participarem, Severina Lopes cria um espaço de resistência cultural e afirmação coletiva, em que as experiências femininas são valorizadas como parte fundamental da construção identitária do Samba de Coco e da cultura popular nordestina.

Dessa forma, a memória cultural preservada pela Mestra Severina Lopes transcende a mera repetição de práticas tradicionais, tornando-se um espaço de transformação social e política, onde o empoderamento feminino e a construção de identidade dialogam com a valorização da herança cultural. Sua atuação não apenas fortalece o Samba de Coco enquanto manifestação artística, mas também inaugura novas possibilidades para a participação das mulheres nas tradições culturais brasileiras.

Considerações finais

A pesquisa sobre a Mestra Severina Lopes e sua atuação no Samba de Coco de Arcoverde revela a profundidade e a riqueza das práticas culturais populares enquanto instrumentos de preservação da memória coletiva, empoderamento feminino e construção de identidade. A trajetória da Mestra, marcada por desafios, conquistas e uma intensa dedicação à cultura, demonstra como a liderança individual pode se transformar em um pilar de resistência e renovação de tradições, assegurando sua relevância para as gerações futuras.

Ao adotar a abordagem da pesquisa narrativa, foi possível captar a dimensão viva e dinâmica da memória cultural, evidenciando como as histórias de vida, como a de Severina, integram-se aos processos de transformação social. Por meio de sua liderança, Severina não apenas perpetua o legado do Samba de Coco, mas também inspira novas gerações de brincantes e artistas populares, especialmente mulheres, a reconhecerem o valor de sua identidade cultural e a se posicionarem como protagonistas de suas histórias. Por fim, a pesquisa reafirma a necessidade de promover e valorizar o papel dos mestres da cultura popular enquanto guardiões da memória e agentes de transformação. Além disso, reforça a importância do diálogo entre tradição e inovação para a continuidade das práticas culturais em contextos contemporâneos.

Referências

- AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, 1999.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política** (7a ed.). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**, 1972.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GADAMER, Hans-Georg. **A atualidade do belo: a arte como jogo símbolo e festa**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro; 1985.
- GIBBS, Graham R. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **A apresentação do eu na vida cotidiana**. 15. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A. *Analyzing narrative reality*. Thousand

Oaks, CA: Sage, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOOKS, bell. **A revolução das mulheres: o empoderamento feminino e a luta contra a opressão**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

LIMA, Reginaldo Vilela de. **Samba de coco de Arcoverde-PE: práticas e representações na construção de um patrimônio cultural (1980-2010)**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **O Brasil e os desafios da história e da memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PESSOA, Dinara Helena. Música: o som das festas tradicionais. **Jornal do Commercio**, encarte Pernambuco Imortal III, Recife, v. 10, p. 112, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RIESSMAN, Catherine. **Narrative methods for the human sciences**. London: Sage, 2008.

ROSA, Sobrinho Paulo Fernandes. Sentidos e Sonoridades Múltiplos na Música do Coco do Recife e Região Metropolitana. 2006. 191. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, Antropologia, 2006.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOUZA, Fernando Antônio Ferreira. O impacto das novas tendências globais no aprendizado da tradição oral do Coco de Roda. *Educação e (Trans)formação*, v. 4, n. 2, p. 30–46, 2020.

Envelhecimento da população transgênero no Brasil: uma revisão integrativa

Aging of the transgender population in Brazil: a literature review

Costa, Bernadete Machado de Souza¹

Ferreira, Deivid Sousa¹

Furlan, Luiza Carolina Silva¹

Tassi, Fabiano Ribas²

Resumo

Este estudo investigou o envelhecimento da população transgênero, um tema ainda pouco explorado no âmbito acadêmico brasileiro. A pesquisa descreveu as nuances do envelhecer para a população de pessoas transgênero, pautada em uma metodologia de revisão integrativa, debruçando-se sobre a recente literatura especializada sobre a temática para investigar os principais indicadores psicossociais relacionados ao processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil. Destacam-se os desafios enfrentados por esta população como os indicadores em saúde mental, a exclusão do mercado de trabalho formal, as dinâmicas familiares excludentes, a discriminação no acesso à saúde e a precariedade habitacional.

Palavras chaves: Pessoas Transgênero; Envelhecimento; Saúde Mental.

Abstract

This study investigated the aging of the transgender population in Brazil, a topic still marginalized in national academic production. Using an integrative review methodology, the research explored recent and relevant scientific publications, covering different areas of knowledge to identify the main psychosocial indicators related to the aging of this population. The challenges faced stand out, such as fragile mental health, exclusion from the formal job market, exclusionary family dynamics, discrimination in health services, precarious housing and socioeconomic vulnerability. The review also highlighted how different social markers, such as gender, age, race and class, overlap and worsening social exclusion experienced throughout life and in old age.

Keywords: Transgender People; Aging; Mental Health.

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade Santo Amaro (UNISA).

² Mestre em Psicologia. Docente na Universidade Santo Amaro (UNISA).

Introdução

Pessoas Transgênero são indivíduos que suas identidades e expressões de gênero se diferenciam do gênero socialmente associado ao sexo atribuído em seu nascimento. O termo Identidade de Gênero se refere à experiência subjetiva condizente aos processos identitários relacionados à performance de gênero. O conceito de sexo se relaciona à atribuição dada ao indivíduo em seu nascimento condizente aos seus caracteres sexuais primários (Ruiz, 2021).

Destaca-se que as Identidades Transgênero foram classificadas pelo Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID) como transtornos mentais durante décadas. A partir da publicação da 5ª Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM 5) pela Associação de Psiquiatria Americana – APA (2014) e da 11ª Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde – OMS (2022) as Identidades Transgênero deixam de pertencer à qualidade de transtorno mental. Ambos os sistemas de classificação diagnóstica criaram indicativos clínicos que discorrem sobre o sofrimento específico de alguns indivíduos em relação à autopercepção corporal e a sua identidade de gênero. Esta condição clínica é definida pelo DSM 5 como Disforia de Gênero e pelo CID 11 como Incongruência de Gênero. Ressalta-se que esta condição de sofrimento não se configura como inerente às Identidades Transgênero, ou seja, esta experiência de sofrimento não é universal às pessoas transgênero. Compreende-se, inclusive, que as experiências disfóricas de gênero muitas vezes se relacionam aos processos de exclusão social, violação de direitos e transfobia internalizada (Jesus et al. 2023).

A Transgeneridade foi retirada da lista de transtornos mentais pela OMS durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2019, em Genebra. A partir dessa decisão, a OMS deixou de considerar a transgeneridade uma doença, reconhecendo a diversidade de gênero como parte natural da experiência humana. O processo de despatologização reflete uma mudança significativa no entendimento global sobre identidade de gênero, que passou a ser vista não como um transtorno, mas como uma variação legítima e saudável da experiência humana (OMS, 2018).

O envelhecimento se configura como um dos processos do desenvolvimento humano durante o ciclo da vida. O desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões, caracteriza-se pelas dinâmicas multifatoriais marcadas pelos aspectos físicos, cognitivos e psicossociais. A Gerontologia, campo dedicado ao estudo do envelhecimento, historicamente negligenciou a interseccionalidade entre idade e marcadores sociais como gênero, classe e raça, tratando a velhice como uma experiência universal e homogênea. De acordo com Henning (2017), a partir da década de 1960, com o surgimento da Gerontologia LGBTQIAPN+, iniciou-se uma importante discussão sobre as especificidades do envelhecimento desta população, levando em conta suas dimensões biopolíticas e sociais. Mesmo dentro desse

contexto, a questão do envelhecimento de pessoas transgênero permanece à margem, carecendo de maior aprofundamento.

No Brasil, onde a população LGBTQIAPN+ ainda permanece sendo alvo de violências institucionais no tocante à exclusão do sistema de garantia de direitos, o envelhecimento de pessoas transgênero se caracteriza por complexidades associadas às experiências de exclusão específicas desta população (Benevides et al, 2020).

Pessoas transgênero são consideradas longevas já aos 40 anos, em contraste com a média nacional de expectativa de vida, que é de 76,6 anos. A expectativa de vida reduzida está diretamente ligada aos dispositivos de gênero que delegam às pessoas transgênero a vulnerabilidade social em função da transfobia estrutural, fatores que contribuem significativamente para a marginalização e desafios enfrentados por essa população. A trajetória de sobrevivência dessas pessoas é marcada por uma dupla taxação: por desconstruírem as formas tradicionais de envelhecer e por resistirem à estigmatização imposta por uma sociedade que insiste em negar sua existência digna (Dittrich et al, 2023).

A ausência de acesso a cuidados adequados e a persistência do estigma social associado à variabilidade de gênero, somada à percepção da não conformidade de gênero como algo patológico ou desviante por parte da sociedade civil, comunidade acadêmica e profissionais de saúde, geram preconceitos e tratamentos discriminatórios em espaços fundamentais para o bem-estar social das pessoas transgênero. Esses fatores agravam a exclusão e vulnerabilidade enfrentadas por essa população ao longo da vida, especialmente na vida adulta idosa ou tardia (Baccarim et al, 2020).

Estratégias em saúde à população transgênero, como a hormonioterapia, procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero e o acompanhamento por equipe multiprofissional se configuram como aspectos importantes relacionados ao cuidado a esta população. É crucial não confundir essa intervenção médica com a solução para as questões sociais e estruturais que impactam a população de pessoas transgênero pois essas demandas requerem políticas públicas que combatam a transfobia e garantam o acesso a direitos básico (Aguiar et al. 2024).

Em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF (2022) se levantou que entre as pessoas transgênero que residem no Distrito Federal, pelo menos 73% já utilizaram hormônios como parte do processo de readequação corporal. Desse total, 22% fizeram uso de hormônios sem acompanhamento médico adequado por equipe multiprofissional de saúde, o que aumenta significativamente os riscos à saúde. O uso de hormônios sem prescrição e monitoramento pode resultar em complicações graves, como desequilíbrios neuroendócrinológicos, trombozes e alterações hepáticas, além de agravar condições de saúde já preexistentes ou surgir novas complicações ao longo do tempo.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante à medida que as pessoas transgênero envelhecem, pois, condições como osteoporose, doenças cardiovasculares e problemas de saúde mental, condições de saúde que podem se agravar com o processo de envelhecimento, podem ser exacerbadas pelo uso inadequado de hormônios. Por isso, o acompanhamento multiprofissional em saúde especializado é fundamental não apenas para a segurança durante o processo de hormonioterapia, mas também para a gestão de riscos à saúde a longo prazo, especialmente na vida adulta idosa ou tardia. (Lima, 2023)

A exclusão de pessoas transgênero no acesso às políticas públicas em saúde no Brasil é alarmante. De acordo com o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023), 57% das pessoas transgênero já tiveram algum atendimento negado em serviços de saúde. Além disso, 21% das pessoas trans relataram ter sofrido discriminação nesses mesmos serviços. Esses dados evidenciam como a cisnormatividade permeia o acesso à saúde, criando barreiras que prejudicam diretamente o bem-estar dessa população.

Pessoas transgênero idosas apresentam taxas mais elevadas de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e ideação suicida em comparação com a população cisgênero (Fredriksen-Goldsen et al., 2014). Os desafios enfrentados pela comunidade trans ao longo da vida, como a discriminação e a marginalização, têm um impacto profundo na saúde mental dessa população, especialmente na vida adulta idosa ou tardia.

De acordo com a ANTRA (2018), 45% das pessoas transgênero já tentaram suicídio em algum momento da vida, com taxas ainda mais alarmantes entre pessoas transgênero negras e indígenas, destacando-se assim que os processos de opressão relacionados à raça e etnicidade se somam às opressões de gênero já existentes. Desta forma a violência estrutural é um dos maiores obstáculos para o envelhecimento saudável dessa população.

A rejeição familiar, o isolamento e as fragilidades vivenciadas em suas redes de apoio têm impacto direto sobre a saúde mental desta população. A ausência de suporte familiar pode intensificar os sentimentos de exclusão e vulnerabilidade, prejudicando o bem-estar geral. Por outro lado, o apoio familiar e a construção de redes de afeto e cuidado são reconhecidos como fatores protetivos essenciais. Essas redes promovem resiliência e uma melhor qualidade de vida para pessoas transgênero na vida adulta idosa ou tardia, oferecendo não apenas suporte emocional, mas também prático para enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento e pela transfobia estrutural (Lins et al. 2024).

A moradia, direito fundamental de todo cidadão, apresenta-se como um desafio particular para a população transgênero idosa. A insegurança habitacional, aliada à precariedade financeira decorrente da exclusão no mercado de trabalho,

restringe o acesso a moradias dignas, levando muitas vezes à dependência de espaços inadequados e inseguros. A insegurança habitacional, neste contexto, configura-se como mais dos processos de exclusão social e vulnerabilização desta população (Teixeira, 2020).

O processo de interseccionalidade das opressões, que se refere à convergência de múltiplas identidades marginalizadas, como identidade de gênero, idade, raça e classe socioeconômica, cria um cenário de vulnerabilidade acentuada para a população transgênero idosa, especialmente no que diz respeito à falta de moradia. Esse conceito revela uma minorização cumulativa, onde cada identidade marginalizada amplifica as desvantagens enfrentadas pelo indivíduo. Esse fenômeno se manifesta em formas de discriminação agravadas no acesso à moradia, emprego e serviços sociais, dificultando ainda mais a vida dessas pessoas (Hirata, 2014).

A população transgênero idosa, em particular, sofre com exclusão no mercado de trabalho devido ao estigma associado à precarização socioeconômica e à marginalização de suas identidades ao longo da vida. A ausência de uma renda estável, combinada com a falta de acesso a aposentadorias adequadas, eleva significativamente o risco de falta de moradia, deixando essa parcela da população em situação de vulnerabilidade extrema (Goleden et al., 2014).

Pessoas transgênero negras enfrentam barreiras ainda maiores no acesso à moradia (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2024). Essas barreiras incluem discriminação racial e de gênero, que intensificam a exclusão social e econômica, dificultando o acesso a condições básicas de habitação e segurança. A taxa de desemprego entre pessoas transgênero é três vezes maior que a média nacional, com pessoas transgênero recebendo, em média, 17% a menos que pessoas cisgênero (Maia, 2024), evidenciando a urgência do assunto na convergência de preconceitos baseados em múltiplas desigualdades sistêmicas.

A identidade de gênero é moldada socialmente e passa por transformações. Para pessoas transgênero, esse processo é particularmente complexo e permeado por desafios específicos. Este estudo explora os indicadores psicossociais relacionados ao processo de envelhecer para a população transgênero no Brasil, considerando as barreiras e vulnerabilidades enfrentadas por essa população, fomentando práticas que impulsionem uma sociedade mais inclusiva e justa (Costa, 2023).

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar a produção científica atual acerca do processo de envelhecimento

da população transgênero no Brasil e suas contextualizações

Objetivos Específicos

- Descrever os principais indicadores psicossociais associados ao processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil
- Analisar as contextualizações sociais relacionadas aos processos de exclusão e invisibilidade de pessoas transgênero idosas / longevas
- Discutir as dinâmicas adjacentes ao abandono familiar; violações do direito de acesso a habitação, saúde e previdência social por pessoas transgênero idosas / longevas

Justificativa

O presente estudo justifica-se pela necessidade premente de visibilizar e compreender as profundas camadas do envelhecimento de pessoas transgênero no Brasil. Apesar dos avanços recentes na conquista de direitos e na compreensão da diversidade de gênero, o processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil permanece num território pouco explorado, fenômeno social marginalizado, marcado por invisibilidade e estigmatização.

O envelhecimento de pessoas transgênero é um processo biopsicossocial profundamente marcado pela violência. A cisnormatividade e a transfobia estruturam um contexto social hostil que expõe essa população a múltiplas formas de violência, desde a física até a simbólica, passando pela psicológica. Essas experiências, ao longo da vida, deixam marcas profundas na saúde física e mental, influenciando negativamente a qualidade de vida e o bem-estar na terceira idade. A compreensão da violência como um fenômeno biopsicossocial é fundamental para a elaboração de políticas públicas e intervenções que promovam a saúde integral dessa população.

A pesquisa se ancora em um compromisso ético e político com a promoção da justiça social e do reconhecimento da dignidade humana em todas as suas expressões. Ao lançar holofotes sobre as experiências de vida e as necessidades específicas da população transgênero idosa, o estudo busca contribuir com os estudos de mesmo tema.

Metodologia

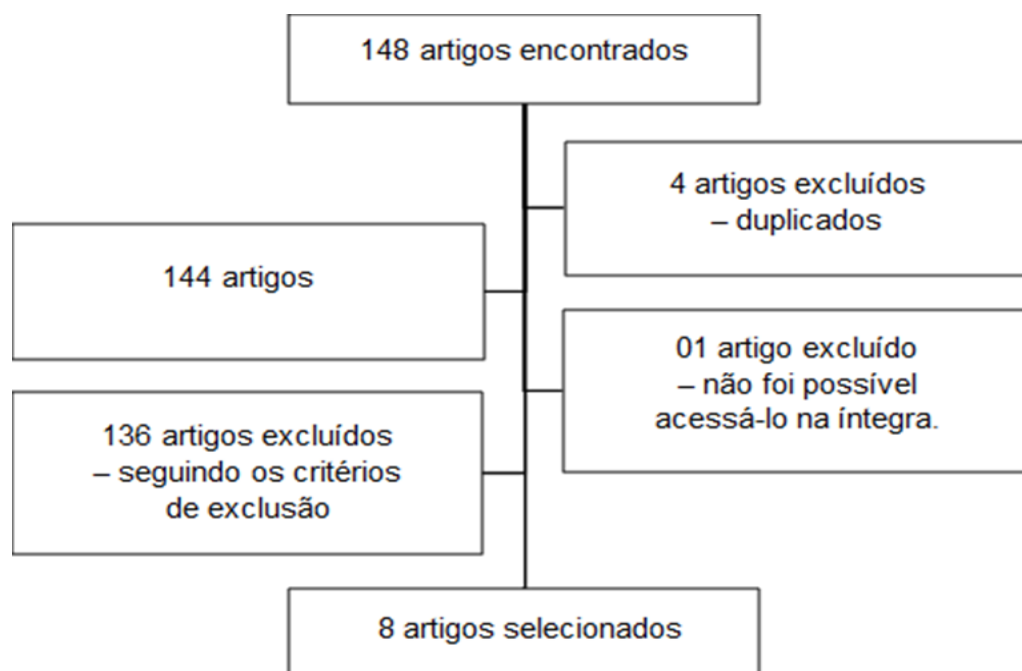
O presente estudo se caracteriza como qualitativo, de contorno teórico e que se utiliza de revisão integrativa. A revisão integrativa permite ao estudo maior abrangência para o processo de coleta e análise de literatura acerca do tema. Por se

tratar de uma temática pouco explorada no campo acadêmico brasileiro, este tipo de revisão de literatura permitiu ao trabalho utilizar fontes de outros campos do conhecimento (ciências jurídicas, gerontologia, antropologia, serviço social), porém com contornos sólidos acerca da qualidade dos dados levantados (artigos científicos). Neste sentido, os critérios mais amplos e flexíveis da revisão integrativa possibilitaram ao estudo à construção de conhecimento sobre um tema pouco versado pelo campo científico brasileiro de forma interdisciplinar, mas com recortes importantes ao campo dos estudos psicossociais.

A coleta de dados dos artigos científicos foi realizada por meio de busca em index de bases de dados de periódicos científicos como Lilacs, PubMed, Scielo, e Google Academic, abrangendo o período de 2019 a 2024. Foram combinados os descritores “envelhecimento transgênero”, “exclusão social”, “saúde mental”, “vulnerabilidade social”, “discriminação de gênero”, “transgeneridade” e “desenvolvimento humano”. Foram excluídos os estudos publicados em língua estrangeira e que não discorram sobre as temáticas “pessoas transgênero” e “envelhecimento humano”.

Desenvolvimento e coleta de dados

Figura 1: Fluxograma dos artigos excluídos e incluídos



Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 1: Artigos selecionados

Base de Dados	Título	Autores / Ano de Publicação	Método Adotado	Resultados
Google Academic	A invisibilidade das populações LGBTQIA+ e o atendimento por estudantes e profissionais da saúde.	Amaral <i>et al.</i> / 2023	Quantitativo transversal observacional	O estudo reforça a criação e implementação das políticas públicas de saúde voltadas a população LGBTQIA+, e da capacitação dos estudantes e profissionais da área da saúde.
SciELO	Vivências familiares no processo de transição de gênero.	Braz <i>et al.</i> / 2020	Descritivo, de abordagem qualitativa	A família, junto com a pessoa em processo de transição de gênero, experimenta as transformações corporais de maneira intensa e com certa apreensão, devido aos possíveis riscos, mas também compartilha a alegria pelas conquistas almejadas.
Google Academic	Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil.	Domingues <i>et al.</i> / 2023	Teórica bibliográfica	Destaca-se a urgência de incluir a pauta trans nos estudos gerontológicos e psicossociais, abordando sua baixa expectativa de vida e múltiplas violências.
Google Academic	Singularização dos cuidados de pessoas trans durante o envelhecimento: sugestões de prevenção e controle de riscos e agravos.	Gois <i>et al.</i> / 2022	Relato de experiência	Uma escuta atenta e qualificada é essencial para que os profissionais de saúde desenvolvam um cuidado personalizado. A população trans, mesmo enfrentando desafios específicos ou limitações de saúde, tem direito a um envelhecimento com melhores condições de vida.

Google Academic	A vivência psicossocial de pessoas transgênero a partir de relatos.	Negrini <i>et al.</i> / 2021	Revisão de literatura com abordagem qualitativa	O governo deve implementar políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas transgênero, estabelecendo legislações específicas e promovendo iniciativas que transformem as estruturas sociais e governamentais. O objetivo é reduzir a transfobia e a violência, ampliar a inclusão social e assegurar uma melhor qualidade de vida para essa população.
Scielo	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa.	Rocon <i>et al.</i> / 2019	Revisão integrativa	A revisão identificou sete principais barreiras ao acesso universal ao SUS pela população trans: discriminação nos serviços de saúde, patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, exigência de cirurgia, falta de qualificação dos profissionais, ausência de políticas de atenção básica e rede de saúde, além da escassez de recursos para processos transexualizadores e promoção da equidade.
Scielo	Sintomas depressivos e fatores associados entre travestis e transexuais: estudo transversal.	Silva <i>et al.</i> / 2023	Estudo transversal	Foram identificados altos níveis de depressão (moderados a graves) entre travestis e pessoas transexuais atendidas por ONGs, relacionados ao estado civil e à violência nos serviços de saúde. O estudo destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes, formação de profissionais com foco em diversidade e inclusão, além de ações de apoio social contra marginalização e discriminação.

Google Academic	Quem tem direito a ter direitos? O envelhe(s)er transgênero no Brasil.	Silva / 2024	Abordagem metodológica qualitativa	A visão binária de gênero, enraizada em conceitos médicos, exclui identidades fora desse padrão e marginaliza pessoas trans. Embora existam avanços, como o uso do nome social, a falta de dados oficiais sobre idosos trans evidencia o descaso estatal. O gênero é uma construção social e reconhecer sua diversidade é essencial para uma sociedade justa e democrática.
-----------------	--	--------------	------------------------------------	---

Resultados e discussão

Transfobia e envelhecimento

Segundo Domingues et al. (2023), a transfobia é a discriminação e o preconceito direcionados às pessoas transgênero e diz respeito a quaisquer atitudes degradantes e humilhante que podem ou não incluir agressões físicas e verbais e que concentra atenção maior nos corpos transgênero feminino. Transgênero e velhice juntos são altamente excludentes. O envelhecimento transfeminino⁵ ocorre precocemente quando se compara às pessoas cisgênero, visto que muitas morrem cedo por conta das violências. O envelhecimento e a velhice não são democráticos, já que muitas travestis são consideradas velhas quando já não conseguem mais desempenhar o trabalho sexual. A trajetória de vida desse grupo é carregada de sofrimentos muito antes de seu nascimento, tendo em vista que seus gêneros são associados ao órgão genital, até o momento de sua morte. As pessoas transmasculinas⁶ acabam se camuflando na sociedade e muitas das vezes se mudam para poder ter uma vida e identidade novas. O sofrimento psicossocial que acomete a comunidade transgênera afeta diretamente a sua qualidade de vida e o seu enfeitamento durante as etapas da vida, desde a infância até a velhice.

⁵ Transfeminino refere-se a pessoas designadas homem ao nascer, mas que não se identificam com esse sexo atribuído e realizam uma transição para o gênero feminino, seja de forma total ou parcial

⁶ Transmasculino refere-se a pessoas designadas mulher ao nascer, mas que não se identificam com esse sexo atribuído e realizam uma transição para o gênero masculino, seja de forma total ou parcial

Desafios na saúde

Para Amaral e colaboradores (2023), a literatura aponta que na área da saúde a população LGBTQIA+ se depara com a falta de capacidade dos profissionais para atender suas demandas. Após uma pesquisa realizada por estes autores, por meio de um questionário enviado via WhatsApp a 282 profissionais e estudantes da área da saúde, foi possível observar que 90,42% dos participantes acreditam que os profissionais da área da saúde estão preparados para atender pacientes LGBTQIA+ sem colocá-los em situações constrangedoras, porém ao questioná-los se já presenciaram algum ato de preconceito ou tratamento diferenciado por conta da identidade de gênero ou orientação sexual do paciente, 32,62% responderam que sim. Ao serem questionados se achavam que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece um bom suporte psicológico para as pessoas LGBTQIA+, 47,5% acreditam que não. De 282 participantes, 270 declaram ser estudantes e os outros 12 responderam ser profissionais da saúde. A falta da capacitação dos profissionais de saúde faz com que essa comunidade deixe de buscar ajuda quando necessário.

Acesso e direitos

As pesquisas feita por Rocon e colaboradores (2020) destaca que, mesmo após a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS ter sido publicada em 2006, onde diz que todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre, essa prática está longe de ser atendida para as pessoas transgênero. O relato de sentimentos como tristeza e angústia produzidos por transfobia durante o processo de busca por serviços de saúde – como não ter os seus nomes respeitados, a percepção de abordagens agressivas e sob a ótica da psicopatologização – relacionam-se diretamente à baixa aderência ou abandono de tratamentos em saúde. Por conta disso, pessoas transgênero acabam abandonando o tratamento ou apenas buscando atendimento em casos muito graves. Ao envelhecer, em alguns casos, surgem doenças que precisam de tratamento e acompanhamento, como por exemplo, diabetes, artrite e doenças cardiovasculares, que, caso não tratadas corretamente, podem ocasionar sequelas ou até mesmo levar à morte. Muitas vezes, essas doenças são deixadas de lado na vida jovem/adulta da pessoa transgênero, justamente por conta da discriminação ocorrida durante a sua busca por cuidado. O que é direito de todos vira direito de apenas alguns indivíduos que certos profissionais da saúde escolhem.

Saúde mental

Conforma Gois e colaboradores (2023), o envelhecer é uma decorrência natural, mas para pessoas transgênero essa experiência é distinta. No Brasil, indivíduos transgênero com mais de 65 anos apresentam maior índice de suicídio. Por conta do histórico discriminatório no sistema educacional e mercado de trabalho, onde suas identidades não são respeitadas, pessoas transgênero enfrentam dificuldades em en-

contrar emprego e continuar os estudos, o que pode resultar em instabilidade econômica e dificuldades na velhice, conseqüentemente ocasionando a violação de direitos básicos. Além disso, o transgênero teme ser institucionalizado por poder precisar de auxílio na hora da higiene e ter seu corpo exposto e isso tem um grande impacto no cuidado e na promoção de saúde de indivíduo. A população transgênero corre risco de insegurança alimentar por uma combinação de fatores sociais, econômicos e institucionais.

Silva *et al.* (2024), após realizarem um estudo que intencionou analisar a ideação suicida e a depressão entre pessoas autodeclaradas travestis e transexuais no Rio Grande do Norte Brasil, foi possível observar que a prevalência de sintomas depressivos na população transgênero foi significativamente maior em relação às pessoas cisgênero. Isso se dá por conta do alto estresse sofrido como assédio, trauma, rejeição e abandono relacionados ao gênero, além das violências as quais sofrem. Além disso travestis e transexuais solteiras são propensas a desenvolver sintomas depressivos moderados a grave quando comparadas às que têm companheiro, tendo em vista que são marginalizadas nos encontros. Foi possível observar que uma maior prevalência de sintomas depressivos relacionados com a experiência de violência vivenciada nos serviços de saúde, além disso pessoas transgênero consideraram que suas necessidades não foram atendidas.

Dinâmica familiar e aceitação

Braz e outros (2020) realizaram estudo descritivo de abordagem qualitativa com familiares de transgênero no processo de transição de gênero, por meio de uma entrevista semiestruturada. As famílias demonstraram preocupação e sentimento de medo em relação à mudança corporal. Algumas pessoas da família relataram que o transgênero começou a terapia hormonal sem acompanhamento e que a mudança corporal é difícil. Outro fator que afetou o núcleo familiar foi ver a dificuldade do transgênero em conseguir emprego devido à procrastinação e à falta de iniciativa, como se eles não se esforçassem ou não quisessem ir em busca de trabalho. Além disso, a família e a própria pessoa transgênero relataram dificuldade na busca por informações para encontrar unidades capazes de fornecer orientações relacionadas à saúde da pessoa trans. A transição foi um gerador de conflito de crenças no núcleo familiar e a religião se mostrou um fator determinante para a aceitação em algumas famílias, já que alguns consideram a transexualidade como um pecado e um afronte a Deus. Foi observado que o apoio familiar se fez essencial nesse momento de transição. O respeito e o cuidado se mostraram importante nesse período e sendo fonte de conforto e segurança, mas infelizmente ainda não são todos os transgêneros que têm o apoio familiar, já que alguns sofrem violência ou são expulsos de casa, o que implica no aumento da fragilidade emocional da pessoa transgênero.

Mercado de trabalho e direitos

Conforme Silva (2024), a principal função exercida pelas transgênero e travesti é a prostituição. Isso se dá pelas faltas de oportunidade por conta da transfobia e quando conseguem algo são alvo de preconceito e não têm suas identidades respeitadas. Muitas pessoas trabalham sem proteção legal, sem direitos trabalhistas e em condições instáveis o que agrava a situação das pessoas que já estão em situações vulneráveis. Após a recente reforma da previdência, via Emenda Constitucional (EC) nº 19, não foi incluído normas para a pessoa transgênero no que se refere aos seus direitos previdenciários. As pessoas transgênero dentro da comunidade LGBTQIA+ são vistas como “minorias dentro da minoria”, sendo o grupo social que possui o mais baixo nível educacional, o que dificulta as chances de conseguir um trabalho formal.

Moradia

Segundo Negrini (2021), além de sofrerem violências físicas e psicológicas, os indivíduos transgênero vivenciam uma extrema exclusão no Brasil ao ocupar espaços, tendo que lutar para terem seus direitos básicos garantidos, como a moradia. Para ter uma moradia, a população trans encontra obstáculos como problemas financeiros, cuja origem se dá na exclusão do mercado de trabalho, e a discriminação daqueles que dispõem dos imóveis que desejam acessar, muitas vezes se sujeitando a ficar em lugares inadequados. Ter acesso à moradia digna impacta de modo significativo na qualidade de vida e na saúde mental da pessoa transgênero idosa, sobretudo dos mais velhos, sendo essencial a implementação de políticas públicas e práticas que combatam a exclusão e garantam a acessibilidade.

Portanto, é nítido que a pessoa transgênero sofre desde a infância até o envelhecimento, tendo seus direitos negados e sendo negligenciadas de diversas formas. O que já é difícil na juventude, torna-se ainda mais complexo na velhice, de modo que a falta de políticas públicas inclusivas e a ausência de suporte social fazem com que muitos se sintam ainda mais vulneráveis. A invisibilidade e o desprezo que enfrentam ao longo da vida viram um sofrimento que ao invés de diminuir se intensifica cada vez mais.

Considerações finais

A discriminação sistêmica, a exclusão social e a violência aparecem como fatores que impactam intrinsecamente a saúde física e mental dessas pessoas, especialmente na velhice. O estudo ressalta a invisibilidade social e institucional das necessidades de pessoas transgênero idosas, cujas experiências são marcadas pela precariedade no acesso à saúde, moradia digna e suporte familiar.

Além disso, o trabalho sublinha que a interseccionalidade entre identidade de gênero, raça e classe aumenta ainda mais as vulnerabilidades, com dados alarmantes sobre a violência sofrida por pessoas transgênero negras e indígenas. A falta de políticas públicas eficazes contribui para a manutenção desse cenário de marginalização, resultando em baixa expectativa de vida e na negação de direitos fundamentais.

A pesquisa destaca a necessidade de reforma nas políticas públicas para garantir acesso a cuidados de saúde especializados e inclusivos, bem como a criação de iniciativas que combatam a normatividade nos serviços sociais. Ao dar visibilidade à questão do envelhecimento transgênero, o trabalho contribui para o avanço do debate acadêmico e para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, que reconheça a diversidade de experiências de envelhecimento. A implementação de políticas mais inclusivas é essencial para promover a dignidade e o bem-estar de pessoas transgênero idosas, rompendo com o ciclo de marginalização e exclusão.

Referências

AGUIAR, I. C. T. et al. Terapia hormonal de adequação de gênero: um estudo reflexivo. *Revista Ft - Ciências da Saúde*. [s.l.], v. 28, ed. 137, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/terapia-hormonal-de-adequacao-de-genero-um-estudo-reflexivo/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

AMARAL, A. L. B. H. et al. A invisibilidade das populações LGBTQIA+ e o atendimento por estudantes e profissionais da saúde. *Revista Foco*. Curitiba, v. 16, n. 7, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2334/1614>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BACCARIM, R. C. G.; TAGLIAMENTO, G. Acesso de Pessoas Trans à Saúde: uma Análise das Práticas de Profissionais. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v. 38, n. 102, p. 604–625, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26053>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras mm 2023**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BENEVIDES, B. **Precisamos falar sobre o Suicídio das pessoas Trans! em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2042%25%20da,ou%20tentaram%20cometer%20o%20ato.> . Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100 registra mais de 4 mil denúncias de violações de direitos humanos contra população trans em 2023**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/disque-100-registra-mais-de-4-mil-denuncias-de-violacoes-de-diretos-humanos-contr-populacao-trans-em-2023>.

Acesso em: 23 nov. 2024.

BRAZ, D. G. de C. et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-33-eAPE20190251/1982-0194-ape-33-eAPE20190251.pdf.

Acesso em: 23 nov. 2024.

Costa, L. L. **Qual versão do eu?** Construção das identidades narrativa e de gênero e sua relação com corpo transgênero na adolescência. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/60010/1/QUAL%20VERS%C3%83O%20DO%20EU%20-%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20das%20identidades%20narrativa%20e%20de%20g%C3%AAnero%20e%20sua%20rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20corpo%20transg%C3%AAnero%20na%20adolesc%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

DITTRICH, V. L.; LIXA, I. F. M. Política pública e o envelhecer trans no Brasil: a face visível da necropolítica. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 58-70, 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/9379>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DOMINGUES, D. C. S. et al. Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**. [s.l.], v. 34, n. 2, p.01-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/15260>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. et al. Physical and mental health of transgender older adults: an at-risk and underserved population. **The Gerontologist**, Oxford v. 54, n. 3, p. 488-500, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geront/gnt021>. Acesso em: 29 out. 2024.

GOIS, Í et al. Singularização dos cuidados de pessoas trans durante o envelhecimento: sugestões de prevenção e controle de riscos e agravos. BEPA. **Boletim Epidemiológico Paulista**. São Paulo, v. 20, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.57148/bepa.2023.v.20.38973>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOLDEN, F. K. et al. **Mental health of transgender older adults**: An at-risk and underserved population. National Library Of Medicine. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23535500/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

HENNING, C. E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**. Goiás, v. 23, p. 283-323, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfsQy7hbmmZqLbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2024.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.

Tempo Social. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). **Estudo sobre uso de hormônios por pessoas transgênero no Distrito Federal. Sumário executivo. Identidade de gênero e orientação sexual: um olhar inclusivo.** IPEDF, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Sumario-executivo_Identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-no-DF-um-olhar-inclusivo.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

JESUS, M. K. M. R. et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação.** Botucatu, v. 27, e220369, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFLKPsJCKvKb3Hg9YbK9c5N/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

LIMA, R. R. T. de; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Revisão sistemática sobre a atenção à saúde para travestis e transexuais no Brasil. **Revista De Saúde Pública.** São Paulo, v.57, n.1, p. 19, 2023. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/210288/192712>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LINS, J. C. et al. O sofrimento mental entre pessoas transgênero: contribuições para a saúde pública. **Acta Paul Enferm.** São Paulo, v. 37, 2024. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/sofrimento-mental-suporte-familiar-e-empoderamento-de-pessoas-transgenero/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MAIA, L. As barreiras enfrentadas por pessoas trans para entrar no mercado de trabalho. **Valor Econômico**, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2024/01/28/as-barreiras-enfrentadas-por-pessoas-trans-para-entrar-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80329-oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-g%C3%AAAnero-de-lista-de-sa%C3%BAde-mental>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

NEGRINI, D. P. et al. A vivência psicossocial de pessoas transgênero a partir de relatos. Revista Científica Espaço Multiacadêmico. **Vila Velha**, v. 1, n. 2, p. 40–55, 2021. Disponível em: <https://multivix.edu.br/revista-cientifica-espaco-multiacademico/revista-espaco-multiacademico-volume-01-numero-02/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ROCON, P. C et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2024.

RUIZ, M. S. Aspectos multidisciplinares sobre o envelhecimento de pessoas transfemininas. In: PINHEIRO, Joaquim (coord.). Olhares sobre o envelhecimento. **Estudos interdisciplinares**, p. 229-237. Centro de Desenvolvimento Acadêmico, Universidade da Madeira, Madeira, Portugal,

2021. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/3534/1/Aspectos%20multidisciplinares%20sobre%20o%20envelhecimento%20de%20pessoas%20transfemininas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, G. W. dos S. et al. Sintomas depressivos e fatores associados entre travestis e transexuais: estudo transversal. **Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)**. [s.l.], v. 77, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/CRyspPsZPSSTkFTxkCyswNK/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, J. G. da. Quem tem direito a ter direitos? O envelhe(s)er transgênero no Brasil. **Revista Longeviver**. São Paulo, v. 24, 2024. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/16/17>. Acesso em: 23 nov. 2024.

TEIXEIRA, B. F. **Diversidade e inclusão nas organizações: o desafio da inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho formal**. Orientador: Renato Bittencourt. 2020. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12354/1/BFTeixeira.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.